



Índice

- 01** Aldeia Kaingang está localizada próxima à rodoviária de Santa Maria
- 02** Bancada ruralista voltará a cobrar governo em 2014 para definir novas regras de atuação à FUNAI
- 03** Quilombo do Timbó presta homenagem a Nelson Mandela (Garanhuns)
- 04** Governo inaugura centro comunitário quilombola em Areia
- 05** A Lógica do Bode Expiatório na "Batalha de Humaitá" – [Primoroso!]
- 06** "MPF instaura inquéritos para apurar discurso violento contra índios, no AM"
- 07** Povo Zo'é recebe visita da presidenta da Funai e do ministro da saúde
- 08** MPF discute educação indígena na Aldeia Sapukai
- 09** ACCS promove saúde e qualidade de vida em comunidade indígena
- 10** Temendo conflito, prefeito de Alto Boa Vista suspende expediente por 48 horas
- 11** MPF/AM recomenda envio de equipe de saúde e aeronaves a aldeias do Vale do Javari
- 12** Notícias dos Tenharim e Jiahui do Sul do Amazonas
- 13** BA – Ao invés da conclusão do processo demarcatório, base policial é montada em terra tradicional dos Tupinambá
- 14** Justiça acolhe pedido do MPF/RS e Funai deve demarcar Mato Preto



- 15 MPF/AM: Justiça proíbe União de suspender emissões de carteiras de pescadores artesanais no Amazonas. Vitória!
- 16 Aberta chamada pública de apoio à agricultura familiar
- 17 Enchente causa transtornos a centenas de ribeirinhos em Santo Antônio de Leverger
- 18 Presidente do TRE-MT garante apoio a VII Edição do Projeto Ribeirinho Cidadão
- 19 BNDES abre financiamento para pequeno produtor agroecológico
- 20 Famato alega que produtores foram jogados na sarjeta e pressiona União
- 21 Pedido de cotas para indígenas em concurso público é indeferido pela Justiça
- 22 Fundo apoia produção agrícola em terras indígenas da Amazônia
- 23 Assentados e indígenas de Sidrolândia participam do Showtec 2014
- 24 Justiça autoriza continuidade de demarcação de área indígena no RS
- 25 Demarcação de terras indígenas será tema de amplo debate em 2014
- 26 Guaranis-Kaiowás tem 30 dias para deixar fazenda em Dourados
- 27 Os comunistas, os índios e a nação
- 28 Criação de universidade indígena começa a ser discutida em março
- 29 Famílias obrigadas a deixar terra indígena tentam obter lote no Incra
- 30 Desocupação em reserva indígena será avaliada nesta quarta-feira
- 31 Conflitos territoriais: Adriana Ramos fala sobre os recentes ataques aos indígenas

Aldeia Kaingang está localizada próxima à rodoviária de Santa Maria
SÍTIO SEDUFSM, 28.01.2014



Em 2012, casas de madeira foram erguidas em substituição às moradias de lona

Desde o dia 9 de janeiro, o enraizamento dos índios Kaingang em Santa Maria está assegurado perante a lei. Após longos meses de luta pelo terreno localizado na rua Pedro Santini, próximo a rodoviária da cidade, as 13 famílias da aldeia Ketyjug Tegtú, em português Três Soitas, comemoram a decisão judicial em 1ª instância que concede a eles a posse do local.

De acordo com Matias Rempel, integrante do Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin), simbolicamente há uma araucária, árvore que representa a etnia Kaingang, plantada firme na aldeia, e desta árvore, vem caindo e germinando sementes de uma cultura indígena que reocupou um pedaço de terra que há mais de 15 anos já era habitado por seus antecedentes. "Onde havia um vazio urbano apenas aguardando a especulação imobiliária, hoje há escola, hortas, moradias, e segurança. É o marco da retomada de uma pequena porção das terras Kaingang, sobre as quais outrora assentou-se este município", ressalta Matias.

O Gapin foi criado com o objetivo de ser um movimento de apoio, militância e articulação das questões indígenas. Uma das lutas encabeçadas pelo Grupo é a busca pela demarcação de terras indígenas, que encontrou no movimento sindical docente um aliado das frentes de luta em prol dos índios. Para o presidente da Sedufsm, Rondon de Castro, a garantia deste terreno, foi mais uma batalha vencida por todos os braços que não se cruzaram na batalha por uma sociedade mais justa, mais comprometida com aqueles que há anos têm seus direitos negados.

A luta pela terra em Santa Maria

A "conquista" do terreno pelos indígenas está associada há um longo período de resistência, isto porque na justiça havia um pedido de reintegração de posse requerida pela outra parte

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

interessada, que auto intitulava-se arrendatário. Porém, na peça jurídica, concordando com o Ministério Público Federal, o juiz Jorge Ledur, sustentou que os Kaingang tem posse da área há muito mais tempo do que o suposto 'dono' em questão.

Mas, para garantir a moradia das famílias da aldeia Três Soitas, não foi preciso só a ação da justiça, foi necessário muito mais. Foi preciso viver durante muito tempo debaixo de lona, suportando o decorrer de verões e invernos. Somando-se a isso, os índios não tinham nem saneamento básico. Então, mais do que a vitória 'no papel', os Kaingang são vitoriosos por transformar condições precárias em moradas, que mesmo modestas, abrigam de forma mais humana a aldeia.

Um local que foi transformado. Onde havia mato, hoje há escolas, hortas/plantações para subsistência, que imbricadas no cenário urbano são as marcas de uma cultura que tenta encontrar seu espaço dentro de uma sociedade em que predomina o inverso: a cultura do 'homem branco'.

Segundo as palavras de Matias, "lutar pela terra é para o povo Kaingang lutar por muito mais do que o número de hectares em questão. É na verdade, uma luta para que aquelas gerações que vêm ao mundo ou que dão nele seus primeiros passos, tenham um local para morar, para viver sua cultura e para se desenvolver como Kaingang, ao invés de ter de viver como muitos dos seus pais já viveram, abrigando-se debaixo de viadutos, desamparados pelos confins das cidades. Muito mais do que um pedaço de chão, a vitória dos Kaingang consiste também em garantir que a memória do seu povo viva junto a seus antigos e seus territórios ancestrais".

Texto: Carina Carvalho (Estagiária) com informações do Gapin

Foto: arquivo/Sedufsm

Edição: Ana Paula Nogueira (Jornalista Interina)

Assessoria de Imprensa da Sedufsm



Bancada ruralista voltará a cobrar governo em 2014 para definir novas regras de atuação à FUNAI

SÍTIO AGRO OLHAR, 28.01.2014

De Brasília - Vinícius Tavares

Apesar da vitória ruralista na instalação na Câmara Federal da Comissão Especial da PEC 215, que discutirá as demarcações de terras indígenas, o assunto não se esgota e o setor produtivo rural continuará a cobrar do governo federal outras medidas para evitar conflitos fundiários.

O assunto voltará a ser tratado oficialmente a partir da próxima semana, quando Câmara e Senado retornarem do recesso parlamentar.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), substituto de Homero Pereira a frente da entidade, os ministros da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e da Justiça, José Eduardo Cardozo, adiaram para 2014 decisões que já haviam sido anunciadas.

"A ministra Gleisi deve desde o mês de abril um novo decreto sobre demarcação de terra indígena. Já falam até em número, o 1775, mas ainda temos que ver este assunto. Da mesma forma a portaria 303, em que o Advogado Geral da União, Luis Inácio Adams, tão logo foi votado o caso Raposa Serra do Sol no Supremo Tribunal Federal e publicado o acórdão, disse que seria novamente valendo". revelou.

No entanto, segundo Heinze, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, continuou adiando a publicação da portaria enquanto manifestava à imprensa sua contrariedade à instalação da PEC 215.

"O ministro disse que não era bem assim, que o governo deveria revisar a portaria. Isso é enrolação. Temos que definir esta questão", criticou.

Em dezembro passado a FPA realizou uma mobilização com centenas de produtores rurais de todo o país para pedir o fim dos processos para demarcação de terras indígenas. A pressão surtiu efeito, já que naquela semana foi instalada a Comissão Especial da PEC 2015.

Quilombo do Timbó presta homenagem a Nelson Mandela (Garanhuns)

SÍTIO BLOG ATIVO, 28.01.2014



A comunidade quilombola Timbó, localizada a 35 quilômetros do município de Garanhuns, realiza, até o próximo domingo (2), a Festa de Nossa Senhora de Nazaré. Este ano, a festividade homenageia Nelson Mandela, referência mundial na luta pela igualdade racial. A programação oferece missas, oficinas, palestras, apresentações culturais, coco de roda, dança afro e shows musicais.

Considerada por pesquisadores como uma festa secular, que já ultrapassaria, em sua realização, a 250ª edição, a festa teve início na última sexta-feira (24) e promete aumentar seu número de visitantes nos próximos dias. "Muitas pessoas das outras comunidades e até de municípios próximos nos visitam durante a festa. Tivemos, primeiramente, uma programação mais religiosa e a partir de quinta-feira é que passaremos a ter um palco montado para as apresentações culturais", comenta uma das organizadoras, Maelsan Araújo.

As oficinas e demais ações iniciam amanhã (29), sempre nos períodos da tarde e da noite. Algumas atrações convidadas para integrar a grade de programação são de outros quilombos de Garanhuns, como Estrela, Estivas, Castainho e Tigre. O encerramento do evento acontece no domingo, por volta das 15h, com uma missa na igreja da comunidade.

O Governo Municipal, por meio da Secretaria de Cultura, apoia a iniciativa. "Sem dúvidas é uma oportunidade para os turistas e moradores de respirarem cultura. Todo o Timbó se mobiliza para realizar essa bonita festa. É a valorização das raízes de um povo", comenta a secretária de Cultura, Cirlene Leite.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

Confira, abaixo, a programação completa:

29/01/2014 - QUARTA-FEIRA:

15H - Oficina de judô

20H - Terço

30/01/2014 - QUINTA-FEIRA:

15H - Oficina de Coco de Roda

18H - Afro Estrela

19H - Tigre Nação Quilombola Dança Afro

20H - Mestre Juarez do Coco

21H - Djair e Banda

31/01/2014 - SEXTA-FEIRA:

20H - Terço

21H - Afro Estrela

22H - Show: Zezinho de Garanhuns

01/02/2014 - SÁBADO:

15H - Oficina Lúdica Cultura da Infância

20H - Terço

21H - Mestre Juarez do Timbó

22H - Evaristo Vergas

02/02/2014 - DOMINGO:

15H - Missa

16H - Entrega da bandeira na Casa do Padrinho

Texto: Cloves Teodorico (Secretaria de Comunicação de Garanhuns)

Foto: Divulgação/Secretaria de Turismo



Governo inaugura centro comunitário quilombola em Areia

SÍTIO GOVERNO DA PARAÍBA, 28.01.2014

As famílias residentes na Comunidade Engenho Mundo Novo, no município de Areia, Brejo paraibano, ganharam um centro comunitário, inaugurado domingo (26), com a participação de agricultores familiares da região, que também expuseram produtos para a comercialização.

Com a parceria firmada entre a Emater Paraíba e a Associação União dos Palmares, foi possível a emissão de Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) para os moradores do Quilombolas Mundo Novo, garantindo a captação de recursos através do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Também foi feito o diagnóstico de unidades familiares e todas continuarão tendo assistência técnica continuada.

A instalação do Centro Comunitário do Quilombolas Engenho Mundo Novo foi possível com a efetiva participação da Unidade Operadora da Emater de Areia, que tem se empenhado para que mais recursos possam chegar em benefício das comunidades. Na inauguração, a comunidade agradeceu o esforço da equipe local da Emater Paraíba, em especial aos técnicos extensionistas Carlos José Caldas, Ana Irley Henriques Brandão, Lina Agnes Barreto e Marcílio Maurício dos Santos, que solicitou da União dos Palmares uma autorização para emitir as DAP's do Quilombolas Mundo Novo.

Segundo o coordenador regional da Emater em Areia, Auto Martins da Costa, essa ação facilitou a captação de recursos financeiros através do Pronaf, e conduziu a comunidade para outras políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Habitação Rural, entre outros.

No encontro, o gerente local Marcílio Maurício dos Santos firmou posição junto à comunidade no sentido de elaborar diagnósticos do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Panater), objetivando retratar as potencialidades e as dificuldades da Associação do Mundo Novo, beneficiando as Unidades da Agricultura Familiar com mais políticas públicas e programas sociais, gerando sustentabilidade aos agricultores daquela região.



A Lógica do Bode Expiatório na "Batalha de Humaitá" – [Primoroso!]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014

20 Havendo, pois, acabado de fazer expiação pelo santuário, e pela tenda da congregação, e pelo altar, então fará chegar o bode vivo.

21 E Arão porá ambas as suas mãos sobre a cabeça do bode vivo, e sobre ele confessará todas as iniquidades dos filhos de Israel, e todas as suas transgressões, e todos os seus pecados; e os porá sobre a cabeça do bode, e enviá-lo-á ao deserto, pela mão de um homem designado para isso.

22 Assim aquele bode levará sobre si todas as iniquidades deles à terra solitária; e deixará o bode no deserto.

(Levítico 16: 20-22)

Como lembra o teólogo e professor da Universidade Católica de Brasília, José Lisboa de Oliveira, a metáfora do bode expiatório se origina em um episódio narrado no livro do Levítico. Conforme a narrativa, na festa judaica do Yom Kippur (o Dia da Expição na Torah), um bode era sorteado e, após "receber sobre si a confissão de todas as culpas do povo, era deixado só no deserto". Com o passar do tempo, tal metáfora passou a simbolizar a pessoa que é escolhida – muitas vezes arbitrariamente – por um grupo para levar a culpa por uma situação negativa pela qual tal pessoa não é responsável. Trata-se, assim, "de um mecanismo de defesa coletivo irracional geralmente praticado sem provas, sem constatação de fatos reais e sem que a vítima tenha realmente cometido o crime", cujo objetivo é "livrar a comunidade da responsabilidade pelo que nela acontece" ao condenar quem não praticou o crime (ver aqui).

Esse mecanismo de despistar a atenção na direção de um bode expiatório foi acionado como um estopim para a destruição do patrimônio público da FUNAI e da SESAI em Humaitá/AM por populares em tese revoltados pela não investigação do desaparecimento de três pessoas residentes naquele município e nos municípios vizinhos de Manicoré e Apuí, em um trecho da rodovia Transamazônica (BR-230) que corta a Terra Indígena Tenharim Marmelos. Tal desaparecimento foi imediatamente atribuído por portais de notícias locais aos Tenharim, supostamente incitados à vingança e à violência por uma postagem no blog da Coordenação Regional Madeira da FUNAI: o obituário do cacique Ivan Tenharim, redigido pelo então Coordenador Regional da FUNAI, Ivã Bocchini, no qual se mencionava a possibilidade do cacique não ter sido meramente vítima de um acidente de moto, quando voltava do distrito de Santo Antônio do Matupi para a sua aldeia. Referidos portais de notícia se apropriaram de modo indevido de imagens do IEB disponíveis na Internet, que retratam Ivã Bocchini participando de uma atividade de formação de gestores públicos e lideranças indígenas em Porto Velho/RO, e as manipularam acrescentando a legenda: "o culpado é ele" – e a disseminaram amplamente como ilustração das suas teses.

CONT.



Ao tempo em que redigimos esta nota, um mês e meio já se passou desde a morte do cacique Ivan Tenharim, e pouco mais de um mês desde o desaparecimento das referidas pessoas, sem que as investigações tenham chegado a alguma conclusão satisfatória, que possa abrandar tanto o sofrimento das famílias dos desaparecidos com informações consistentes, quanto restabelecer a convivência pacífica na região. Enquanto isso, alastra-se a narrativa do bode expiatório, que prevalece tanto nas notícias plantadas e nas interpretações preconceituosas de parte da imprensa local, mas também foi assimilada pela mídia corporativa de alcance nacional (ver aqui), em franco desrespeito à inteligência e à dor dos familiares das três pessoas desaparecidas e dos Tenharim que perderam um estimado cacique – e que mereciam, ambos, apoio, conforto e solidariedade nesse momento, e não embustes a título de cobertura jornalística. Como de hábito, o governo federal, lamentavelmente, mais uma vez caiu na esparrela da mídia e exonerou unilateralmente o Coordenador Regional e a sua assessora sem proceder à apuração de fatos e nem dar-lhes chance de se explicar – como no sorteio dos bodes no Dia da Expição.

A tentativa de atribuir unilateral e exclusivamente ao Coordenador Regional da FUNAI, Ivã Bocchini, a culpa por tudo o que ocorreu em Humaitá desde a morte do cacique Ivan Tenharim, é insustentável por uma série de motivos – os mais evidentes dos quais enumeramos a seguir.

1. Ignora propositalmente a complexidade da situação local e a responsabilidade de múltiplos e variados atores pela escalada do conflito, incluindo – principalmente – a própria omissão do Estado, em particular dos seus órgãos de segurança, na apuração ágil e competente de todos os fatos, o que poderia ter evitado que a situação chegasse aonde chegou. Por um lado, o Coordenador Regional oficiou as autoridades policiais após a morte do cacique Ivan e antes do desaparecimento das três pessoas, informando-as do crescente clima de tensão na área. Por outro, circularam relatos de que a legítima manifestação de familiares e amigos contra a morosidade na apuração do desaparecimento dos seus parentes teria sido instrumentalizada por grupos de interesse ansiosos por arrasar toda a infraestrutura de apoio aos povos indígenas da região, penosamente construída nos últimos oito anos, por sucessivas gestões da CR Madeira. A isso se somam os acirrados conflitos de terras e por recursos naturais na região e o quadro de ilegalidade em que se movimentam alguns atores locais, evidenciado por inúmeras operações de combate ao garimpo e à extração de madeira ilegais. Como na narrativa do Levítico, contudo, projetam-se todas as responsabilidades, iniquidades e transgressões ao bode enviado para a terra solitária do deserto.

2. Superdimensiona intencionalmente o potencial impacto do obituário do cacique Ivan Tenharim, postado no dia 06 de dezembro de 2013, no blog da CR Madeira, como se a postagem fosse capaz, por si só, de deflagrar tudo o que sucedeu depois e como se o blog tivesse o mesmo impacto que mídias convencionais de maior alcance, como rádio e televisão. Uma leitura “com olhos livres” do obituário, no qual se descrevem também aspectos dos ritos fúnebres Tenharim e das expressões rituais obrigatórias de seus sentimentos, é mais do que suficiente para afastar qualquer interpretação distorcida de que as eventuais suspeitas sobre as circunstâncias da morte do cacique, ali expressas, signifiquem algo sequer próximo de incitação e/ou apologia ao crime – como querem seus detratores. É importante, assim, por as coisas nos seus devidos lugares: é ingenuidade ou má fé supor que uma postagem singela seja capaz de disparar toda a cadeia de ações que sobreveio, e ignorar que Ivã nada mais fez que

CONT.



descrever as impressões que circulavam entre os próprios Tenharim sobre a morte de seu cacique, ao tempo das cerimônias fúnebres e do luto pelo mesmo. Em momento algum o texto faz acusações. Ao contrário, o obituário informa ao final que a FUNAI cobraria investigação das autoridades policiais para que fosse apontada a verdadeira causa da morte, como de fato ocorreu, não cumprindo Ivã mais do que o seu papel como Coordenador Regional.

3. Trata os Tenharim como marionetes sem vontade própria, incapazes de fazer uma análise das circunstâncias, a partir de seus próprios parâmetros, referências e práticas culturais, como se eles próprios não pudessem levantar as suas próprias suspeitas e definir o curso de suas ações – quaisquer que elas sejam. Essa visão dos Tenharim – e dos povos indígenas em geral – como expressão manifesta de um sujeito que, no fundo, está sempre oculto, é herdeira da mais crassa postura tutelar. Em sua ambiguidade, ela é talvez o elemento mais perverso de toda equação. Por um lado, porque concebe os indígenas como unidade internamente indiferenciada, facilitando alvejá-los em conjunto no empenho de criminalizá-los – como na expressão acusatória “foram os Tenharim” (não importa de que clã, de que aldeia, se cacique ou não, se criança, jovem, adulto, idoso, homem, mulher). Por outro, porque, ao fazê-lo, recusa-lhes exatamente a agência que lhes é própria, como se eles fossem incapazes de agir sem que haja uma pessoa e/ou instituição por detrás os manipulando. Segundo essa lógica, se faz necessário tanto agredi-los, como se o fez nos ataques e incêndios criminosos aos postos de cobrança de compensação na Terra Indígena, quanto destruir a reputação e as condições de atuação das instituições que os apoiam – e, supostamente, os manipulariam.

4. Por fim, a tese dos detratores desconhece o testemunho de várias pessoas e instituições, entre associações indígenas, outros órgãos públicos (federais, estaduais e municipais), universidades, grupos de pesquisa e organizações não governamentais, entre os quais os signatários desta nota, que têm trabalhado em parceria com a CR Madeira nos últimos anos em uma variedade de iniciativas em apoio aos povos indígenas da região, desde gestões anteriores à de Ivã. Quem acompanha o que foi e é feito pela CR Madeira sabe que o quadro é exatamente o oposto do que pintam os que agem de má fé. Estamos lidando com pessoas sérias, de bem, engajadas e com trabalho comprometido com os indígenas; servidores públicos que gostam do que fazem; gente que dá gosto conhecer e trabalhar junto, e que ajudou a construir a CR praticamente do zero. Tal postura tem sido uma grata surpresa para os que trabalham há mais tempo na região, ainda marcada pelo racismo, preconceito e intolerância. Ivã e sua equipe, em particular, entre outras ações, vinham trabalhando em um modelo de gestão no qual a participação indígena era levada em conta, apostando no fortalecimento do Comitê Regional como instância de controle social da política indigenista, apoiando a organização dos povos indígenas (como no I Encontro de Lideranças do Movimento Indígena Morogita Kagwahiwa, organizado pela OPIAM em outubro de 2013, que reuniu mais de vinte povos indígenas do Amazonas e Rondônia, selando uma aliança em defesa dos direitos indígenas) e aprofundando as relações da CR com outros órgãos, tais como a Secretaria Municipal dos Povos Indígenas e o ICMBio (por meio dos conselhos da Floresta Nacional de Humaitá e do Parque Nacional dos Campos Amazônicos). A reativação do blog da CR Madeira, uma iniciativa da Coordenação anterior, era o vértice de um processo que visava dar transparência às ações da mesma, pois não se falou nisso até agora, mas lá também se postam notícias sobre as atividades desenvolvidas pela mesma, que, por sua vez, vêm sendo definidas no bojo de uma experiência embrionária de planejamento participativo. Sua

CONT.



exoneração e de outros da sua equipe deixa perplexos todos os que vinham trabalhando em parceria com a CR Madeira e os povos indígenas da região, pois aborda agendas positivas e planos de trabalho construídos conjuntamente entre os povos indígenas, a CR e instituições parceiras. Quiçá não tenha sido este um dos objetivos dos que arruinaram a FUNAI e a SESAI, e que agora desejam sacrificar o bode expiatório?

Assim sendo, a criminalização antecipada dos Tenharim e a tentativa canhestra de culpabilizar Ivã Bocchini e sua equipe por tudo o que ocorreu desde meados de dezembro em Humaitá, sem provas circunstanciais consolidadas e sem a constatação de fatos reais – até contrariando evidências que apontam na direção contrária – se assemelham muito mais ao “mecanismo de defesa coletivo irracional” do bode expiatório, que transforma vítimas em culpados. A sua exoneração intempestiva sob a influência dessa narrativa embusteira, somada à dilapidação de todo o patrimônio público posto a serviço dos índios na região, ameaça seriamente a garantia dos direitos indígenas na região e a continuidade de experiências inovadoras de gestão pública que ali estavam em curso. Os signatários desta nota manifestam sua solidariedade às famílias dos desaparecidos, diante da falta de informações, aos Tenharim e demais povos indígenas da região, que se encontram sitiados em suas terras numa condição de apartheid, e a Ivã Bocchini e sua equipe, que vêm sendo irresponsavelmente fritos pela alta cúpula do governo e pela mídia. Confiamos que a FUNAI encontrará forças para reerguer-se na região e designar para a CR Madeira um Coordenador e servidores à altura do desafio que se apresenta. Esperamos, por fim, que o Estado brasileiro seja capaz de identificar e punir, na forma da lei, aqueles que são os verdadeiros responsáveis pelos crimes cometidos na região, pela destruição do patrimônio público e pela incitação à violência e às ameaças contra os povos indígenas.

Aginaldo Zawandu Zoró – Gestor da APIZ (Associação do Povo Indígena Zoró)

Ailton Dias – Coordenador do Programa SulAM – IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)

Alfredo Sep Kiat Zoró – Coordenador das Escolas Indígenas Zoró

Aline Polli – Analista Ambiental – ICMBio (Parque Nacional dos Campos Amazônicos)

Andreia Bavaresco – Assistente de Programa – IEB Brasília

Armando Soares Filho – Coordenador Regional da CR FUNAI Médio Purus – Lábrea, AM

Cloude de Souza Correia – Coordenador do Projeto Formar PNGATI – IEB Brasília

Comissão Pastoral da Terra – Rondônia

Edilson Waratan Zoró – Diretor Vice-Presidente da APIZ

Edineia Aparecida Isidoro – Professora da Licenciatura Intercultura da UNIR Ji-Paraná/RO

Edmundo Peggion – Professor da UNESP e da UFSCar

Felipe Ferreira Vander Velden – Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais/UFSCar

Francivane Fernandes – Assessora de Campo – IEB Humaitá

Glaucia Maria Quintino Baraúna – PPGAS/UFAM e PNCSA/UEA

Henry Trindade Barretto Filho – Diretor Acadêmico – IEB Brasília

Humberto Zoró – Liderança Zoró

Iremar Antonio Ferreira – Coordenador do Instituto Madeira Vivo

Íris Moraes Araújo – Doutoranda em Antropologia Social – USP

Ivaneide 'Neidinha' Bandeira Cardozo – Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Jandira Keppi – Conselho de Missão Entre Povos Indígenas (COMIN)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

Jania Maria de Paula – Professora do IFRO Campus Ji-Paraná – Doutoranda do PPGSCA/UFAM
Julia Otero – Doutoranda em Antropologia – PPGAS/UnB
Lediane Fani Felzke – Doutoranda em Antropologia Social – PPGAS/UnB
Ligia Neiva – Assistente Técnico de Ensino – FUNAI/CTL Rondolândia
Marcela Menezes – Assistente de Programa – IEB Brasília
Marcelo Horta Messias Franco – Sociólogo, Professor Substituto/Temporário de Sociologia – IFAM Campus Lábrea
Márcia Nunes Maciel – Instituto Madeira Vivo
Nara Luísa Reis de Andrade – Departamento de Engenharia Ambiental – UNIR
Organização Paderéehj
Plácido Costa – Presidente do Pacto das Águas
Rafael Illenseer – Indigenista Especializado – FUNAI/CTL Parintins
Renata da Silva Nobrega – Doutoranda em Sociologia – UNICAMP (CERES/LATA)
Roberta Amaral – Coordenadora do Escritório do IEB Humaitá
Sandra Mara Gonçalves – Assessora Técnica Administrativa da APIZ
Tiago Kapawandu Zoró – Diretor Presidente da APIZ



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

"MPF instaura inquéritos para apurar discurso violento contra índios, no AM"
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014



Procurador Julio Jose Araujo Júnior é o autor das recomendações. Foto: Adneison Severiano – G1AM

Divulgação em dois veículos de comunicação de Humaitá é investigada. Incitação à violência aos indígenas também é apurada na área criminal.

G1 AM

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) instaurou dois inquéritos civis públicos para apurar a propagação de mensagens com conteúdo discriminatório, preconceituoso ou que incitavam a violência, o ódio e o racismo contra os povos indígenas no Sul do estado, principalmente contra a etnia Tenharim. De acordo com órgão, dois veículos de comunicação de Humaitá, a 590 km de Manaus, são investigados.

Segundo o MPF-AM, o caso também está sendo apurado sob o aspecto criminal. Outros detalhes sobre as investigações ainda não podem ser divulgados, conforme a assessoria. "Assim que o caso tiver uma posição mais conclusiva, seja no âmbito cível ou no criminal, daremos ampla divulgação para a medida eventualmente adotada", informou o órgão em nota. No dia 27 de dezembro de 2012, o Ministério Público Federal emitiu recomendação contra a propagação de mensagens que contenham informações com conteúdo discriminatório contra os indígenas.

CONT.



A recomendação pediu a retirada de publicações e de novas mensagens em redes sociais, portais de notícia e outros veículos de imprensa nas cidades de Humaitá, Manicoré e Apuí, situadas no Sul do Amazonas. Um material chamado de "manifesto de moradores de Santo Antônio de Matupi" também foi alvo do Ministério Público. De acordo com o órgão, o manifestado [manifesto], reproduzido em um site de notícia, trazia reivindicações que pediam uma espécie de isolamento dos povos indígenas. O manifesto declarava ser contra a permanência de etnias indígenas nas escolas da comunidade e pedia o afastamento das aldeias da margem da Rodovia Transamazônica (BR-230).

A instituição também recomendou ao Facebook no Brasil que excluísse as publicações e comentários com discurso de ódio contra os povos indígenas. De acordo com o MPF, as recomendações foram baseadas no termo de direitos e responsabilidades da rede social, que diz: "Você não publicará conteúdo que: contenha discurso de ódio, seja ameaçador ou pornográfico; incite violência; ou contenha nudez ou violência gráfica ou desnecessária".

Ainda de acordo com a recomendação, os portais de notícia, veículos de imprensa escrita, emissoras de rádio e televisão do sul do Amazonas deveriam divulgar amplamente o conteúdo da recomendação e dar espaço para resposta dos povos indígenas sempre que forem relatados fatos que os mencionem.

Na ocasião, o órgão também deu prazo de 24h para que os autores dos conteúdos retirassem o material do ar.

O MPF-AM divulgou o documento após protestos e atos de vandalismo contra bens da Fundação Nacional do Índio (Funai) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. Os conflitos tiveram início depois que três homens desapareceram na Rodovia Transamazônica, que passa pelas terras indígenas. Moradores apontam índios da etnia Tenharim como responsáveis pelo sumiço.

Com o início dos conflitos, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. O MPF-AM pediu que a Funai e a União garantissem o retorno dos indígenas às aldeias e a proteção das terras. No dia 30 de dezembro, os índios voltaram para a reserva com a escolta do Exército.

A cobrança de pedágio feita em um trecho da Transamazônica está entre os motivos do desentendimento [entre os povos indígenas e o governo], mas está prevista a construção de uma ponte, em Apuí e Manicoré, para evitar a cobrança pelos danos.



CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

(Foto: Divulgação/54º BIS)

Povo Zo'é recebe visita da presidenta da Funai e do ministro da saúde

SÍTIO FUNAI, 28.01.2014



Foto: Karina Zambrana/MS

A visita à Terra Indígena, no município de Óbidos, no Pará, ocorreu no último dia 19 de janeiro. O objetivo da viagem era saber como estão as condições de saúde dos indígenas daquela região, onde o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, trabalhou entre os anos 1998 e 2003 pela erradicação da malária no território.

Durante o encontro, Padilha assinou portaria, fruto do Trabalho do Grupo Interministerial integrado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena e FUNAI, instituído em fevereiro de

2013, com finalidade de elaborar diretrizes e estratégias de ações em saúde para Povos Indígenas Isolados (PII) e de Recente Contato (PIRC), bem como plano de contingência de saúde para situações de contato com povos isolados e para situações de surtos epidêmicos em grupos de recente contato.

"No final dos 90, conheci os Zo'é. A época, doenças como a malária e a pneumonia quase dizimava este povo isolado. Hoje, além de salvá-los, eles são mais numerosos e mais saudáveis. Tanto tempo depois, volto ao Zo'é, junto com a presidenta da Funai, como marco para transformarmos em regra nacional para índios isolados o trabalho feito aqui", disse o ministro se referindo à portaria.

Para a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, essa portaria reflete o resultado do grupo de trabalho e coloca diretrizes para o atendimento dessa população, "Como somos vetores de doenças para esses povos (de recente contato), a prevenção começa ao ser delimitar quem pode entrar na terra e quais as exigências para entrar. Inclusive, serão mais rigorosos os exames médicos para a entrada de pessoas não indígenas na área. É muito gratificante chegar na Terra Indígena e ver os Zo'é saudáveis, em harmonia, e expressando plenamente seu modo de vida tradicional. Fico muito satisfeita com o trabalho que a Frente de Proteção está desenvolvendo lá. A Terra conta com uma excelente cobertura vegetal de Floresta Amazônica; está sendo bem monitorada pela Funai, por isso, não faltam recursos naturais para que os Zo'é vivam bem."

No caso específico dos Zo'é foi assinado um convênio de R\$ 50 mil por mês, com o Hospital Regional do Baixo Amazonas para qualificar e melhorar o atendimento da população indígena na região e especial atenção para os povos recém contatados.

CONT.



O povo Zo'é tem, atualmente, uma população de 254 indígenas que habitam 11 aldeias. Para atender a comunidade, o Ministério instalou uma unidade de saúde dentro da aldeia com capacidade de realizar até procedimentos cirúrgicos sem a necessidade de transferir os pacientes para hospitais da rede do SUS. Nos últimos 10 anos, foi registrado um óbito de criança menor de um ano. Os Zo'é também não apresentam casos de diabetes, hipertensão, anemia ou doenças sexualmente transmissíveis.

Além da portaria, o ministro também entregou à comunidade um novo consultório odontológico, a climatização da área de atendimento médico instalada na aldeia e anunciou a aquisição de um gerador exclusivo para a unidade de saúde instalada na aldeia.

Após a visita do ministro, a equipe da Funai, coordenada pela presidenta Maria Augusta, realizou uma reunião de trabalho para tratar das ações da Fundação na região. Foram discutidos assuntos relativos à proteção territorial em face das ameaças do garimpo, a construção da "Casa de Mapas", que será um espaço voltado ao desenvolvimento de processos educativos tradicionais, e de valorização da cultura e dos saberes do Povo Zo'é.

Fizeram parte da comitiva, além do ministro da saúde, Alexandre Padilha e da presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, o secretário especial de saúde indígena Antônio Alves, a diretora de atenção à saúde Mariana Ferron e os servidores da Funai, Fábio Ribeiro, Coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental do Cuminapanema e Carlos Travassos, Coordenador-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados.



MPF discute educação indígena na Aldeia Sapukai

SÍTIO A VOZ DA CIDADE, 28.01.2014

ANGRA DOS REIS

A comunidade da Aldeia Sapukai solicitou ao Ministério Público Federal (MPF) de Angra dos Reis, que o governo do estado invista em políticas públicas para a educação indígena. Segundo nota divulgada pelo próprio MPF, para discutir o assunto foi realizada uma reunião na aldeia na última semana com a presença de representantes da secretaria de Estado de Educação e do Ministério da Educação.

“Desde 2010, o governo do Estado do Rio de Janeiro promete melhorias na implementação de políticas públicas para a educação indígena, porém, pouco foi feito”, dizia a nota. A procuradora da República Joana Barreiro Batista ouviu as principais reivindicações dos índios, que pedem que a Secretaria de Educação do Estado (Seeduc/RJ) invista na infraestrutura das escolas e na formação de professores.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) apresentou uma proposta de curso de magistério indígena já aprovada pelo Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Segundo informações, falta a liberação de recursos pela Seeduc/RJ há cerca de quatro anos. Segundo os representantes da Secretaria presente à reunião, os entraves para o acordo de cooperação técnica para o início do curso são apenas de ordem burocrática. Susana Grillo, representante do Ministério da Educação que também esteve presente na reunião, frisou que, entre as condições estruturantes de uma educação indígena de qualidade figuram justamente a infraestrutura de escolas, formação de professores e controle social efetivo das ações.

A representante do MEC se colocou à disposição para apoio técnico, consultas e elaboração de pareceres que possam acelerar a liberação de recursos, rompendo os obstáculos burocráticos alegados pelos representantes da Seeduc/RJ.

O assunto não terminará nesta discussão. O MPF anunciou que está acompanhando de perto todos os passos sobre o impasse e, inclusive já agendou outra reunião para o dia 25 de fevereiro, com o compromisso da Secretaria de trazer respostas para os problemas apresentados.

“O Ministério Público Federal está acompanhando de perto o caso e espera que os entraves até então existentes e que são, aparentemente, de ordem burocrática, sejam resolvidos, com a implementação do curso de magistério indígena ainda no começo deste ano, conforme o comprometimento da Seeduc e do MEC, órgãos que estavam presentes na reunião e se mostraram sensíveis aos pleitos das comunidades indígenas”, disse a procuradora da República Joana Barreiro Batista.



ACCS promove saúde e qualidade de vida em comunidade indígena

SÍTIO ASSUFBA, 28.01.2014

A ACCS “Promoção da Saúde e Qualidade de Vida”, coordenada pela professora Maria Constantina Caputo e vinculada ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), irá desenvolver atividades interdisciplinares e intersetoriais na aldeia indígena Kiriri-Banzaê, no município de Banzaê, no interior da Bahia, com objetivo de promover atividades artísticas e planejamento participativo de ações intersetoriais em saúde numa comunidade indígena. A metodologia utilizada articula produções artísticas com planejamento participativo e remete à identificação, seleção e enfrentamento de problemas de saúde da aldeia.

Estudantes dos cursos de Arquitetura, Ciência e Tecnologia, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Saúde, Ciências Sociais, Direito, História, Psicologia, Serviço Social, Humanidades e Artes que estejam interessados em participar dessa ACCS, deverão comparecer às 17 horas do dia 03 de fevereiro de 2014, à Sala 203 do Pavilhão de Aulas da Federação III (PAF III), Campus de Ondina.

A ACCS será desenvolvida em parceria com o Programa “A Promoção da Saúde e a garantia do Direito à Saúde em uma comunidade indígena: arte, cultura, planejamento intersetorial e educação popular, em uma aldeia da Bahia”, financiado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), e com a Diretoria de Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde (DGETS) da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB).

Fonte: www.ufba.br



Temendo conflito, prefeito de Alto Boa Vista suspende expediente por 48 horas
SÍTIO OLHAR DIRETO, 28.01.2014

O temor de um conflito entre agricultores e as polícias da Federal e Rodoviária Federal na região da Terra Indígena Marawaitséde fez com que o prefeito da cidade de Alto Boa Vista (1.048 quilômetros de Cuiabá), Leuzipi Domingues Gonçalves (PMDB) decretasse ponto facultativo nos órgãos do Executivo Municipal.

Somente os serviços essenciais como abastecimento de água, saúde e a coleta de lixo serão mantidos pelas próximas 48 horas. No último domingo, a 5ª Vara da Justiça Federal determinou o reforço policial na região. Pelo menos 300 famílias já retornaram para a região do Posto da Mata, onde montaram um acampamento.

Em 2012, mais de duas mil pessoas foram retiradas do local, mas reclamam quanto a ausência de políticas públicas que garantam a subsistência das famílias retiradas da região.

Na manhã de hoje (28) efetivo da Polícia Rodoviária Federal deixou a capital do Estado em direção à região. A Polícia Federal também irá investigar o retorno das famílias para área.

"Sem sombra de dúvida a situação é muito tensa devido ao sofrimento desse povo que foi retirado. Antes tinham uma vida, se mantinham, agora vivem em uma condição de mendicância. Quem retornou para área já disse que está decidido a permanecer porque já não tem mais nada a perder. Minha preocupação é a de um conflito. Até porque já houve um histórico de violência com esse povo, como os disparos com bala de borracha".

Ainda segundo o prefeito, a cidade de Alto Boa Vista 'esvaziou' durante o fim de semana. "O comércio está parado, os bairros vazios". Ele ainda explica que 72% da área territorial da cidade está situado na área de Marawaitséde.

Dispondo apenas de dois postos de saúde (um na área rural e outro na área urbana), caso ocorra um conflito, a tragédia pode ganhar contornos ainda maiores já que o hospital mais próximo está instalado na cidade de São Félix do Araguaia, a cerca de 100 quilômetros da cidade. 'E ainda assim não é um hospital com as melhores condições para atendimento'.

Na tarde de ontem, entidades sociais emitiram uma nota ratificando que o retorno à área é "uma afronta ao direito do usufruto exclusivo das terras indígenas, em meio a ataques à legislação indigenista expressos em projetos inconstitucionais defendidos pela bancada ruralista". As entidades alertam ainda sobre a gravidade da tentativa de retorno às famílias considerando total desrespeito aos povos e à Justiça". A nota é assinada pelo Conselho Indigenista Missionário, Greenpeace, Instituto Socioambiental e Operação Amazônia Nativa.

Entenda o caso

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

A terra indígena de Marawaitséde tem 165.241 hectares e está localizada entre os municípios de São Félix do Araguaia e Alto Boa Vista. Atualmente, vivem cerca de mil indígenas Xavantes na região. No domingo último domingo, a Justiça Federal determinou que a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal retornem a área em razão do risco de invasão à terra indígena. O juiz Jeferson Schneider, da 5ª Vara da Justiça Federal, determina que na hipótese da invasão ocorrer, as forças de segurança devem fazer a identificação dos invasores, especialmente das lideranças, a apreensão dos veículos e equipamentos utilizados para resistir e desobedecer à polícia.



MPF/AM recomenda envio de equipe de saúde e aeronaves a aldeias do Vale do Javari
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014

Região passa por surto de doença que atinge principalmente as crianças; recomendação pede o envio de aeronaves para remover pacientes em situação mais grave

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AMmPF na comunidade) recomendou em caráter de urgência à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Vale do Javari, o envio de equipe de saúde às aldeias 31 Jaquirana e Lobo, no extremo sudoeste do Amazonas, com equipamentos e medicamentos necessários ao primeiro atendimento de indígenas doentes, e o envio imediato de aeronaves para remoção de pacientes em situação mais grave.

A partir de notícias recebidas no final de 2013 dando conta da morte de duas crianças indígenas na aldeia São Sebastião, a Procuradoria da República no Município de Tabatinga (PRM/Tabatinga) instaurou procedimento administrativo para acompanhar a regularidade no atendimento em saúde indígena na região, especificamente no tocante a esses casos. Mais recentemente, novos relatos de mortes possivelmente por demora na remoção dos pacientes chegaram ao conhecimento do MPF, desta vez na Aldeia 31 Jaquirana. Segundo a informação recebida pelo órgão, outras duas crianças teriam morrido e pelo menos mais 21 estavam doentes nessa mesma aldeia, com diarreia e vômito, e o surto já se alastrou para a aldeia Lobo.

Na recomendação, o MPF ressalta a necessidade da presença de assessor indígena de etnia na equipe enviada pela Sesai para promover a conscientização das comunidades quanto à importância do tratamento médico a ser ministrado. O Dsei Vale do Javari deverá informar à PRM/Tabatinga sobre as providências adotadas para garantir o tratamento adequado aos indígenas doentes e evitar novas mortes, com informações detalhadas do quadro atual de pessoas infectadas, idade, estado de saúde, sintomas e número de pessoas removidas.

Remoção imediata – Para expedir o documento, o MPF considerou que o Dsei Vale do Javari possui contrato vigente para remoção aérea de pacientes. Por isso, recomendou o envio imediato de quantas aeronaves sejam necessárias para remoção aérea de todos os pacientes que precisam ser hospitalizados em Tabatinga ou Manaus. Caso não haja aeronaves suficientes, o órgão deve fazer contato com o Exército para verificar a possibilidade de apoio no transporte aéreo dos pacientes em aeronaves do Comando do 8º Batalhão de Infantaria na Selva.

A recomendação pede ainda ao Dsei Vale do Javari que entre em contato com o Hospital de Guarnição de Tabatinga e informe com antecedência o número de pacientes que serão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

removidos para atendimento, para que a unidade de saúde prepare leitos e disponibilize equipes para o atendimento médico.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4661 ou (92) 2129-4743
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/mpf_am



Notícias dos Tenharim e Jiahui do Sul do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.01.2014

Por Gleice Antonia de Oliveira



Foto: internet

Acabo de falar com Angelisson Japi'i Tenharin e Nilcelio, que estão na Aldeia Marmelos, e eles expressam forte preocupação com as ameaças que continuam recebendo e também com o fato de até o presente momento o Governo Federal não ter se posicionado sobre as reivindicações apresentadas.

A situação é preocupante pois sabe-se que pessoas que participaram da manifestação no dia de Natal passado (quando incendiaram repartições públicas, carros, barcos etc) fizeram reunião para se organizar, se armar e dar seguimento às ações contra os índios. Esse tipo de notícia chega às aldeias e deixa todos ainda mais nervosos e sem tranquilidade.

Também vale registrar que mesmo tendo recebido alguns gêneros alimentícios básicos (conforme determinação do Ministério Público) e que já começam a rarear, não poderão seguir muito tempo mais sem comprar anzóis para pescar e comendo apenas arroz e feijão.

A fala de Nilcelio Jiahui é clara: "Não queremos guerra, não queremos morte, não queremos conflito, mas desejamos a paz em nossos territórios que preservamos e vivemos em harmonia com a floresta amazônica e a fauna e flora deste país..."

BA – Ao invés da conclusão do processo demarcatório, base policial é montada em terra tradicional dos Tupinambá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014



Por Patrícia Bonilha, no Cimi

Após realizar a reintegração de posse de duas fazendas localizadas na Serra do Padeiro, no município de Ilhéus, na Bahia, policiais federais e da Força Nacional montaram hoje (28) uma base policial na sede da fazenda Sempre Viva. Com uma infra estrutura que conta com vários colchões, camas, rádio e alguns veículos, os policiais se instalaram na área reivindicada pelos indígenas e, desde 2009, reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como território tradicional indígena.

O fato causou indignação no povo Tupinambá, que havia feito a retomada destas fazendas em agosto de 2013. "Nunca pedimos base policial aqui, até mesmo porque não há conflitos na área. O que nós queremos é que devolvam as nossas terras. Há quase cinco anos esperamos que o Ministro da Justiça tire da sua gaveta e assine a portaria declaratória que reconhece os nossos direitos", afirma Magnólia Tupinambá, diretora da escola indígena.

Segundo informações dos indígenas, os policiais utilizaram a desculpa de realizar a reintegração de posse, para montar esta base policial dentro da terra tradicional. "Desde que foi montada, a base ficou cheia de fazendeiros. Agindo assim, o governo e a polícia explicitam que, ao invés de defenderem direitos constitucionais, eles defendem os interesses dos fazendeiros que invadiram nossas terras. A história nada mudou nestes 500 anos, desde a primeira invasão dos portugueses aqui na Bahia", declara a diretora.

CONT.



Os indígenas estavam trabalhando nas roças quando, às 9 horas, 18 veículos da polícia chegaram na sede da fazenda. Segundo informações passadas aos Tupinambá por um funcionário da Funai, todos os pertences dos indígenas seriam colocados em um cômodo da sede.

No caso da fazenda Conjunto São José, por volta das 11 horas, os policiais teriam colocado as bagagens, alimentos, móveis (fogão, geladeira, armário, etc) em um caminhão e deixado na beira da estrada, próximo à fazenda Floresta, há cerca de 10 km. As reintegrações foram feitas nas duas fazendas, onde 18 famílias estavam morando, sem que houvesse qualquer resistência dos indígenas, que seguiram trabalhando e fazendo seus rituais no mato.

Segundo informações do delegado que atua em Buerarema, uma nova reintegração de posse será feita na próxima quinta-feira na fazenda Lembrança.

Governo não investe em solução definitiva

A paralisação dos processos de demarcação de territórios indígenas em todo o Brasil tem causado desde o ano passado um considerável aumento dos conflitos envolvendo a disputa de terras. Os indígenas avaliam que muita violência e até mesmo mortes poderiam ser evitadas se o governo finalizasse os processos de demarcação que precisam ainda de alguma providência por parte do poder Executivo.

Exemplo disso é a própria solicitação de suspensão da reintegração de posse da fazenda Conjunto São José, na qual a Funai afirma que ela "foi proferida sem suficiente amparo jurídico, haja vista a existência de relatório circunstanciado, aprovado pelo Presidente da Funai (Despacho n. 24, DOU de 20/04/2009) e já encaminhado ao Ministério da Justiça para homologação da demarcação, o qual reconhece que a área na qual se situa o imóvel litigioso é terra indígena tradicionalmente ocupada, cuja posse e usufruto são exclusivos da Comunidade Tupinambá".

Apesar de ter indeferido o pedido da Funai, o Desembargador Federal, Mário César Ribeiro, reconheceu que "essa expectativa — da finalização do processo demarcatório pelo Executivo, que geralmente arrasta-se por anos — além de gerar insegurança à população das áreas envolvidas, suscita violência decorrente da disputa da posse de terras entre índios e não índios.



Justiça acolhe pedido do MPF/RS e Funai deve demarcar Mato Preto

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014

MPF RS

Nesta semana, foi concluído o julgamento dos recursos de apelação contra a decisão do juiz federal de Erechim que, acolhendo pedidos do Ministério Público Federal, condenou a Funai e a União a prosseguir o processo demarcatório da área indígena de Mato Preto e ao Incra e ao Estado do Rio Grande do Sul a promover o reassentamento ou indenização dos colonos no processo nº 5003707-08.2012.404.7117.

De acordo com os desembargadores federais, a demora da Funai para delimitar e demarcar a terra indígena é excessiva, uma vez que já passaram mais de 10 anos desde o início dos trabalhos.

Acolhendo pedido do procurador do Estado Rodinei Candeia, o tribunal decidiu que o Estado do Rio Grande do Sul não poderia, neste processo, ser obrigado a indenizar os agricultores.

Para o procurador da República que acompanha o caso em Erechim, Ricardo Gralha Massia, a decisão não é plenamente satisfatória, pois deixa desassistidos os agricultores, que necessitarão de outra ação judicial para serem indenizados.



MPF/AM: Justiça proíbe União de suspender emissões de carteiras de pescadores artesanais no Amazonas. Vitória!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014



Na ação, o MPF/AM destacou que a suspensão impediu a concessão de seguro defeso no período em que as atividades de pesca ficam restritas

A pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a Justiça Federal condenou a União a deixar de promover suspensões gerais da análise de pedidos de inscrição no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) e de emitir licenças para pescadores artesanais, em caso de concessão dos pedidos. A carteira é pré-requisito legal para que os pescadores artesanais possam exercer a atividade.

Em 2012, o MPF/AM entrou com ação civil pública contra a União na Justiça após o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) suspender o recebimento de todos os pedidos de inscrição no RGP e emissão de licenças. Ainda no início do processo, o MPF conseguiu decisão liminar favorável para impedir a suspensão geral, que foi confirmada pela sentença do juiz federal substituto da 1ª Vara Federal, Érico Rodrigo Freitas Pinheiro.

De acordo com o MPF, a suspensão teria inviabilizado a concessão de seguro defeso no período em que as atividades de pesca esportiva e comercial ficam restritas. Segundo a União, as concessões foram suspensas para revisão de benefícios concedidos anteriormente, em função do elevado número de registros concedidos indevidamente a pescadores. Na ação, o MPF/AM sustentou que as apurações de irregularidades não podem servir de motivo para impedir aqueles que estão em situação regular de receberem o benefício.

Na sentença, o juiz federal Érico Rodrigues Freitas Pinheiro destacou que a pesca artesanal é atividade exercida por cidadãos humildes. "O benefício em questão tem relevante papel de garantir sua subsistência no período em que estão proibidos de pescar, ou seja, de exercer a atividade que garante seu sustento. Impossibilitá-los de usufruir o benefício, por providência meramente burocrática, significa prejudicar sua existência", ressalta em um trecho da sentença.

A ação civil pública tramita na 1ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 0004105-38.2012.4.01.3200. Cabe recurso em relação à sentença.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4661 ou (92) 2129-4743
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/mpf_am



Aberta chamada pública de apoio à agricultura familiar

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.01.2014

Povos e comunidades tradicionais beneficiários em UCs (reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável, área de proteção ambiental e floresta nacional) podem participar da Chamada Pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para apoio à agricultura familiar. O edital prevê a destinação de R\$ 15 milhões para fortalecimento de cooperativas e associações de produtores rurais de base familiar, formalmente constituídas, por meio de investimentos em estruturação de circuitos locais e regionais de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização.

O edital se destina ao fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar que operem a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) ou forneçam alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Serão priorizados projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e mulheres.

Os apoios serão dados em valores de até R\$ 70 mil para projetos que fortaleçam sistemas de produção orgânica ou de base agroecológica, apresentados por organizações com atuação comprovada nessas áreas, e para proponentes cujos projetos beneficiem exclusivamente mulheres, respeitado o limite máximo de R\$ 2.800 por beneficiário direto do projeto; e de até R\$ 50 mil para os demais projetos, respeitado o limite máximo de R\$ 2.000 por beneficiário direto do projeto.

Os recursos deverão ser aplicados em máquinas, móveis, material permanentes e veículos novos; construção, adequação e reparo em imóveis; equipamentos de irrigação, proteção individual e informática; embalagens, rótulos e outros materiais utilizados na etapa de comercialização; serviços técnicos especializados relacionados à atividade produtiva das organizações proponentes; e outros itens.

As inscrições poderão ser realizadas entre 17 de fevereiro e 31 de março, período em que o formulário de inscrição será disponibilizado para download no site da Conab. O edital está disponível aqui.

Comunicação ICMBio (61) 3341-9280 – com informações do BNDES

Enviada por Pablo Camargo para a lista do Cedefes.

Enchente causa transtornos a centenas de ribeirinhos em Santo Antônio de Leverger
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 29.01.2014

As localidades mais atingidas são: Barranco Alto, Praia do Poço e Barranco II, sem falar nas estradas que fazem as ligações para as comunidade



Fotos: Júlio Rocha

Princípio de enchente já causa transtornos na vida de centenas de ribeirinhos da região de Santo Antônio de Leverger. Nas últimas horas, a água avançou mais que o normal para este período do ano, segundo a população.

As localidades mais atingidas são: Barranco Alto, Praia do Poço e Barranco II, sem falar nas estradas que fazem as ligações para as comunidades que já foram alagadas e estão intransitáveis.

A Defesa Civil e o prefeito da cidade Valdir Ribeiro informaram que estão monitorando a região e que o caso ainda não é de calamidade pública, mas que se houver a necessidade de amparar as pessoas que estiveram precisando a prefeitura já está tomando as devidas providências.



Presidente do TRE-MT garante apoio a VII Edição do Projeto Ribeirinho Cidadão
SÍTIO REPÓRTER DO ARAGUÁIA, 29.01.2014

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Desembargador, Juvenal Pereira da Silva garantiu que a Justiça Eleitoral irá participar da VII Edição do Projeto Ribeirinho Cidadão, uma iniciativa que visa à prestação de serviços assistenciais as comunidades ribeirinhas.

A garantia foi dada pelo Desembargador aos defensores públicos Munir Arfox e Air Praeiro Alves e ao juiz de direito auxiliar da Corregedoria do Tribunal de Justiça, José Antônio Bezerra Filho, os quais, na terça-feira (28/01), estiveram no Tribunal, solicitando o apoio da Justiça Eleitoral na realização do projeto.

"A Justiça Eleitoral está sempre aberta a iniciativas que visam proporcionar benefícios à sociedade, inclusive, participamos das edições anteriores do projeto, onde disponibilizamos um espaço para o atendimento ao eleitor ribeirinho. É certo que estaremos presente para oferecer orientações gerais aos eleitores", frisou Juvenal.

O Desembargador ressaltou, no entanto, que serviços de alistamento, revisão e transferência de domicílio eleitoral serão oferecidos se houver viabilidade técnica. "Nesta VII edição, o projeto irá contemplar os ribeirinhos dos municípios de Poconé e Santo Antônio, que já passaram pela revisão biométrica. Para instalar o posto eleitoral no local do evento é necessário acesso a internet e equipamentos eletrônicos. Iremos estudar essa viabilidade".

Quanto à possibilidade de o Tribunal ajudar na realização do projeto com a doação ou cessão de outros bens (equipamentos de informática, medicamentos e combustíveis), Juvenal solicitou ao coordenador do projeto e defensor, Air Praeiro Alves que encaminhasse a Diretoria Geral do TRE um ofício, com todos os pedidos especificados. "Após o recebimento deste ofício iremos analisar as solicitações e atender o que for possível".

Também participou da reunião o Diretor Geral do TRE, Mauro Sérgio Diogo.

Projeto:

O Projeto Ribeirinho Cidadão VII acontecerá entre os dias 21 de fevereiro a 01 de março deste ano nas comunidades ribeirinhas dos municípios de Santo Antônio do Leverger e Poconé.

Na ocasião, os ribeirinhos terão acessos a diversos serviços gratuitos, como atendimentos médicos (área de oftalmologia, clínico geral e pediatria), odontológico e fornecimentos de medicação, orientações jurídicas, entre outros.

A iniciativa é realizada pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Ministério Público do Estado e Municípios de Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

Também participam do projeto, o Banco do Brasil, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Serviço Social do Comércio – Pantanal e Assembleia Legislativa.

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso



BNDES abre financiamento para pequeno produtor agroecológico

SÍTIO CNPC NEWS, 29.01.2014

O edital foi lançado durante o II Chamado da Floresta, evento ocorrido em 29 de novembro de 2013, em Melgaço (PA)

Mulheres, jovens, quilombolas, indígenas, demais povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares que cultivam a terra com base no sistema de produção agroecológico ou orgânico podem preparar seus projetos para edital que será publicado dentro de um mês. A partir do dia 17 de fevereiro de 2014, estarão abertas as inscrições para o edital de Chamada Pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nº 002/2013, no valor de R\$ 15 milhões, voltado para o fortalecimento de cooperativas e/ou associações de produtores rurais de base familiar. As inscrições ficarão abertas até 31 de março.

O edital foi lançado durante o II Chamado da Floresta, evento ocorrido em 29 de novembro de 2013, em Melgaço (PA). Na ocasião, as ministras do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, os ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e o interino da Casa Civil, Diogo Santana, assinaram pacote de medidas voltado aos povos e comunidades extrativistas da Região Amazônica. No total, o governo federal investirá R\$ 712 milhões até 2016.

Objetivos

Os investimentos serão aplicados em estruturação de circuitos locais e regionais de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização, com o objetivo de melhorar suas condições de atuação no mercado governamental de alimentos, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O edital segue as diretrizes do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte), em complementação às ações previstas no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

No dia 23 de janeiro, ocorreu, no Ministério do Meio Ambiente (MMA), a primeira reunião de governo de monitoramento da agenda extrativista. "A reunião foi preparatória para encontro entre o governo e os extrativistas no dia 29, na Secretaria Geral da Presidência da República", explicou a diretora de Extrativismo do MMA, Larisa Gaivizzo. "Nesse encontro, será definida a data para o encontro da presidente Dilma Rousseff com os extrativistas".

Na publicação Brasil Sustentável - Políticas Públicas para os Povos da Floresta (arquivo PDF), lançada durante o II Chamado da Floresta, é possível conferir os demais programas do Governo Federal para povos amazônicos.

Publicada em: 28/01/2014

Ministério do Meio Ambiente | Letícia Verdi



Famato alega que produtores foram jogados na sarjeta e pressiona União

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUÁIA, 29.01.2014

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Rui Prado (PSD), vai cobrar que o governo federal cumpra o acordo de alojar as famílias que foram expulsas da gleba Suiá-Missú, que dá lugar à terra Marãiwatsédé. "Essas pessoas foram jogadas na sarjeta", afirma Rui em entrevista ao RDNews. Para fazer com que a União cumpra o "pacto", o presidente da Famato explica que a assessoria judicial analisa a melhor forma de agir. "Iremos tomar alguma medida judicial", pontua.

Em contrapartida, Ong's da sociedade civil argumentam que essa nova invasão é uma afronta ao direito do usufruto exclusivo das terras indígenas. Isso porque o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a retirada de todas as famílias do local e o processo transitou em julgado, ou seja, não cabe mais recurso. "Alertamos sobre a gravidade deste fato e a reincidência de atos de ilegalidade praticados contra as terras indígenas, em total desrespeito aos povos e à Justiça, solicitando que o Estado brasileiro tome medidas enérgicas para desestimular e punir atitudes criminosas como esta", diz trecho da nota oficial que é assinada Conselho Indigenista Missionário, Greenpeace, Instituto Socioambiental e Operação Amazônia Nativa.

Rui Prado, no entanto, alerta que 24 pessoas vieram a óbitos após retira das famílias. "Muitas pessoas morreram de depressão", ressalta o presidente. Em dezembro de 2012 cerca de 7 mil pessoas foram expulsas do local. Desde então, estão às margens da rodovia e na casa de parentes, a maioria vive abaixo da linha da pobreza e aguarda a ajuda do governo federal ou da União que nunca veio.

Outro que já explanou a intenção de ajudar as famílias é o deputado estadual José Riva (PSD). Na ocasião o parlamentar salientou ser compreensível a atitude das pessoas que retornarem ao local. Segundo o social-democrata, a população que vivia na gleba foi expulsa como animais. Riva não descartou também montar uma comissão para acompanhar in loco os procedimentos.

Tarso Nunes



Pedido de cotas para indígenas em concurso público é indeferido pela Justiça

SÍTIO AQUIDAUANA ON LINE, 29.01.2014

Decisão do juiz David de Oliveira Gomes Filho, em substituição na 1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos, indeferiu o pedido inicial da ação movida pela Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, na qual buscava garantir a reserva de vagas aos indígenas que desejam concorrer para a vaga de Ciências/Biologia no concurso público de provas e títulos para o cargo de professor de carreira profissional da educação básica.

Afirma a Defensoria que, para assegurar a efetiva reserva de vagas para o grupo indígena no percentual de 3%, decretados em lei, seriam necessárias a disponibilidade de 33 vagas para a matéria de Ciências/ Biologia, sendo que no edital do referido concurso há previsão de apenas 12 vagas.

Alega também o autor que o objetivo da ação é mostrar que, quando o percentual de reserva resultar em valor inferior a número inteiro (1), que seja reservada vaga aos indígenas. Assim, o cálculo de cotas deveria ser efetuado sobre a totalidade de vagas ofertadas em todo o Estado para a disciplina de biologia e não em cima das 12 vagas disponíveis para a referida disciplina.

Por fim, o autor pediu na justiça a antecipação dos efeitos da tutela com a finalidade de que se promova a alteração na interpretação do edital do concurso e que o sistema de reservas de vagas seja de 3% destinados aos índios e que recaia sobre a totalidade das vagas ofertadas ou, ao menos, uma vaga, caso seja o número total inferior a 33.

Ao verificar os autos, o juiz observou que não havia ilegalidade no Edital, já que este estava de acordo com o Decreto Lei nº 13.141/2011, ou seja, a pretensão do autor de alterar a interpretação do edital o tornaria ilegal. Desse modo, cabe ao julgador "interpretar a norma da maneira mais justa e adequada. No entanto, quando tal nova interpretação contraria em absoluto a expressa previsão legal, não se está mais em falar em interpretar, mas sim em criar nova norma".

Ainda conforme o magistrado, a nova interpretação pretendida pela Defensoria "iria criar uma situação de injustiça com os demais concorrentes, pois seria reservada quantidade superior ao que a lei determina (25% das vagas da matéria de biologia estariam destinadas as cotas para deficientes, negros e índios)".

Dessa forma, o juiz indeferiu liminarmente a inicial, pois a aplicação do percentual de cotas constante no Decreto Estadual nº 13.141/2011 "é forma de garantir a isonomia e também a proporcionalidade na busca por cargos públicos. Não se pode privilegiar uma classe em detrimento de outra, mas pode-se harmonizar ambas".

Fonte: tj



Fundo apoia produção agrícola em terras indígenas da Amazônia

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 29.01.2014

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai liberar recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, no valor de R\$ 16,4 milhões, para a execução de projeto de gestão ambiental sustentável de terras indígenas pelo governo do Amazonas. Segundo o BNDES, administrador do fundo, será beneficiada uma população de 35 mil índios. O anúncio foi feito hoje (28) pelo banco.

A vice-secretária de Produção Rural do Amazonas, Sonia Sena Alfaia, disse à Agência Brasil que o projeto envolve desde o apoio à atividade agrícola nas terras indígenas, passando pelo escoamento da produção. "Sabemos que não adianta só incentivar a produção, mas que é necessário também apoiar o transporte dessa produção, assim como a comercialização."

Sonia informou que a Secretaria Estadual de Produção Rural do Amazonas (Sepror) está programando, para a comercialização, a realização de feiras para atender aos produtores indígenas, nos principais municípios que concentram as maiores populações indígenas no estado.

São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro; Santa Isabel do Rio Negro; Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, no Alto Solimões; Borba, Autazes e Nova Olinda do Norte, na calha do Rio Madeira; Maués, Barreirinha, Nhamundá e Parintins, no Baixo Amazonas, são alguns desses municípios, informou a secretária.

Sonia Alfaia disse que tão logo os recursos sejam liberados, os trabalhos serão iniciados. Uma equipe específica já foi contratada pelo governo amazonense para conduzir esse processo. A Sepror atende atualmente a cerca de 6 mil famílias indígenas, com recursos próprios. "Com esses recursos que vêm do BNDES, nós vamos triplicar essa população. A gente prevê um atendimento muito maior."

Segundo a assessoria de imprensa do BNDES, o programa abrange 50% dos territórios indígenas do estado, ou o equivalente a 16,2 milhões de hectares, e tem prazo de 36 meses. As atividades produtivas foram definidas pelos próprios índios. Segundo o banco, os recursos do Fundo Amazônia serão direcionados também para a capacitação de 2.420 indígenas nos temas relacionados ao projeto.

Criado em 2008, o Fundo Amazônia contabiliza 92 projetos em carteira, no montante de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 628 milhões, correspondentes a 45 projetos, já foram contratados. O fundo é alimentado por doações destinadas a investimentos não reembolsáveis em prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e ações de conservação e uso sustentável das florestas no bioma amazônico. Entre os doadores, destacam-se o governo da Noruega, o banco de desenvolvimento alemão KfW e a estatal brasileira Petrobras.

Agência Brasil



Assentados e indígenas de Sidrolândia participam do Showtec 2014

SÍTIO RONDA DO MS, 29.01.2014

O Showtec é um instrumento de difusão de novas tecnologias agropecuárias desenvolvidas pela Fundação MS e por institutos de pesquisa mais atuantes no Brasil e no mundo em torno da produção de alimentos e energia.

Neste ano de 2014 os organizadores do evento resolveram inovar e levar palestras e workshops para os agricultores da agricultura familiar, sendo assim, os povos indígenas e os assentados de Sidrolândia puderam participar do evento, onde tiveram a oportunidade de buscar conhecimento e aprender novas técnicas de plantio ou mesmo aumentar a produção leiteira de suas propriedades.

Das aldeias de Sidrolândia cerca de 30 indígenas participaram do evento, sendo 20 da Aldeia Córrego do Meio e 10 da Aldeia 10 de Maio. O Cacique Baiano que participou do evento, disse que estas oportunidades não podem ser perdidas para quem vive da terra, "aqui aprendemos muita coisa nova, descobrimos muita tecnologia e o pessoal da Agraer está sempre disposto a nos ajudar".

Os assentamentos do município também marcaram presença ao evento. Para o assentado Dorival Emídio da Silva, do Assentamento Lambari Cut, as palestras foram muito esclarecedoras, com muita novidade é segundo ele é sempre bom aprender para melhorar a produção.

Para o secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Sidrolândia, Cezar Queiroz, o pequeno produtor da agricultura familiar deve sempre que possível aproveitar a chance de aprender e a usar novas técnicas para que a produção em sua localidade seja difundida, elevando assim as renda.

O Showtec acontece todos os anos na cidade de Maracaju, e neste ano, a 18ª edição aconteceu de 22 a 24 de janeiro.

Gildo Tavares/Assessoria de Comunicação da Prefeitura



Justiça autoriza continuidade de demarcação de área indígena no RS
SÍTIO G1, 29.01.2014

*Processo sobre área em Getúlio Vargas estava suspenso desde 2013.
Cerca de 380 famílias de agricultores vivem em área de 4,2 mil hectares.*

A Justiça Federal aceitou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) possa dar seguimento ao processo que trata da demarcação de terras indígenas da Reserva do Mato Preto, no município de Getúlio Vargas, no Norte do Rio Grande do Sul. O processo estava suspenso desde o ano passado.

De acordo com a decisão, o Estado do Rio Grande do Sul fica desobrigado a indenizar os agricultores. O procurador da República que acompanha o caso em Erechim, Ricardo gralha Massia, diz que os donos das terras terão que entrar na Justiça para serem ressarcidos, caso a área seja demarcada.

A área reivindicada para a criação da Reserva do Mato Preto fica entre os municípios de Getúlio Vargas, Erebangó e Erechim. São 4,2 mil hectares, onde vivem hoje mais de 380 famílias de agricultores. Em todo o Rio Grande do Sul, os índios reivindicam cerca de 10 mil hectares de terra.



Demarcação de terras indígenas será tema de amplo debate em 2014

SÍTIO JORNAL BRASIL, 29.01.2014

As regras para a demarcação de terras indígenas devem motivar novamente, em 2014, intensos debates na Câmara dos Deputados. Além da Proposta de Emenda à Constituição 215/00, que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações, outro projeto tem colocado em lados opostos representantes do agronegócio, ambientalistas e indígenas.

Trata-se do projeto que regulamenta o artigo da Constituição sobre a definição de áreas que, pelo relevante interesse público à União, podem se sobrepor ao direito de uso da terra pelos índios (PLP 227/12, apensado ao PLP 260/90).

A proposta foi aprovada em julho do ano passado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara. O relator nessa comissão, deputado Moreira Mendes (PSD-RO), propôs que não serão considerados nulos atos que se sobreponham a terras indígenas, desde que se configurem como: assentamentos de reforma agrária; exploração de jazidas e minerais; aproveitamento hidráulico; construção de rodovias e ferrovias; campos de treinamento militar; ocupações de terras privadas até 5 de outubro de 1988; entre outros.

O texto também prevê o livre trânsito de autoridades em terras indígenas e a proibição de cobrança de pedágios por índios em rodovias e hidrovias que cortem seus territórios.

As divergências em torno da matéria, no entanto, acabaram modificando a sua tramitação. Atualmente, o projeto aguarda a criação de uma comissão especial. Se aprovado nessa comissão, o texto ainda deverá ser votado pelo Plenário.

Pressão do governo

Para o deputado Moreira Mendes, a proposta está parada por conta da pressão do governo federal e de organizações que, segundo ele, manipulam o interesse indígena.

"Primeiro, era o argumento de que deveríamos aguardar o julgamento do caso Raposa Serra do Sol. Já houve o julgamento, e o Supremo reconheceu 19 condicionantes. O que são as condicionantes? É dizer que é de relevante interesse público do País, por exemplo, construção de hidrelétrica, construção de ferrovias, regularização de hidrovias, construção de rodovias federais, a permissão de ir e vir de autoridades dentro de terra indígena. Essa é uma das propostas que está no PLP 227", diz Moreira Mendes.

Grandes propriedades

Contrário à proposta, o deputado Padre João (PT-MG) avalia que o projeto visa a dificultar a demarcação de terras indígenas e fortalecer as grandes propriedades rurais. "É atender as grandes extensões de terra, o latifúndio. Tem prova de que muitas dessas terras foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

griladas”, diz o deputado. “O que está por trás do projeto é fortalecer as ações do agronegócio, desconsiderar toda a história dos povos indígenas. Não é verdade a justificativa de que há muito conflito com a agricultura familiar.”

Em diversos protestos ao longo de 2013, entidades indígenas e ambientalistas pediram o arquivamento do PLP 227 e da PEC 215. Em 2014, os debates entre parlamentares ligados ao agronegócio e aqueles ligados à causa indígena também devem se dar em torno do novo decreto que o governo estuda para substituir as atuais regras de demarcação.

Entre as mudanças possíveis está a inclusão de nove ministérios na análise dos pedidos de delimitação de terra indígena. Hoje, o processo depende, principalmente, da Fundação Nacional do Índio (Funai), ligada ao Ministério da Justiça.

Íntegra da proposta:

PEC-215/2000

PLP-227/2012

Fonte: Agência Câmara Notícias

Guaranis-Kaiowás tem 30 dias para deixar fazenda em Dourados

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 29.01.2014



Comunidade tem 30 dias para deixar a fazenda. (Foto:Dourados
Agora)

Após nova decisão judicial, a comunidade Guaraní Kaiowá, o tekoha Apyka'i, em Dourados a 233 quilômetros de Campo Grande, que ocupa a Fazenda Serrana, poderá enfrentar mais uma reintegração de terra.

Os Kaiowás tem 30 dias para sair do local, onde estão acampados desde setembro de 2012. Segundo a decisão, o prazo começou a valer a partir de ontem. Os índios garantem que não deixarão a fazenda.

Antes da invasão da comunidade, a fazenda era utilizada por uma usina destinada ao plantio de cana em larga escala. Conforme as lideranças

indígenas, os índios ficaram por 14 anos acampados à beira da rodovia BR-463, próximo a Dourados.

De acordo com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a terra reivindicada pelos kaiowás passa por processo de delimitação e identificação feito pela Funai (Fundação Nacional do Índio).



Os comunistas, os índios e a nação

SÍTIO VERMELHO, 29.01.2014

Augusto Buonicore *

O processo de demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima recolocou de maneira espetacular uma antiga e esquecida discussão sobre a questão indígena no Brasil. Levantou questões como: o que seriam os índios brasileiros? Seriam mesmo povos-nações

Esse artigo pretende dar uma pequena contribuição para essa discussão, resgatando as posições históricas dos comunistas latino-americanos e brasileiros. Podemos não concordar integralmente com elas, considerá-las desatualizadas, mas é delas que devemos partir se não quisermos nos colocar na inglória tarefa de inventar a roda. As teses da Internacional Comunistas continuam sendo importantes referências teóricas e políticas para elaboração de qualquer política nesse campo.

Já falamos em momentos anteriores que o problema dos povos não-brancos não constava entre as preocupações dos socialistas da 2ª Internacional. Eles eram demasiadamente eurocêntricos - e impregnados por certa "ideologia do progresso" de fundo burguês - para se preocuparem com o destino dos povos nativos da África, Ásia ou da América Latina. A questão indígena era um não-problema para aqueles "socialistas".

Entre os expoentes da social democracia alemã, foi Eduard Bernestein o principal defensor do chamado social-colonialismo. Ele chegou a afirmar que "nem todas as lutas das populações dominadas contra os seus dominadores são, por si mesmas, lutas de emancipação (...) Se, no passado, pôde-se propor, da parte dos socialistas, uma ajuda aos selvagens e aos bárbaros em suas lutas contra o avanço da civilização capitalista, isto foi devido a sobrevivências do romantismo". E concluiu: "somente pode reconhecer-se um direito condicionado aos selvagens sobre a terra que ocupam.

Uma civilização superior pode, em definitivo, apelar para alguns direitos superiores. Não é a conquista, e sim o cultivo do país o que dá o título histórico de uso". Foram essas idéias preconceituosas, pró-colonialistas e pró-imperialistas, que Lênin e os comunistas viriam a combater quando definiram o que era nação e propugnaram pelo direito delas à autodeterminação.

Os índios desembarcam na Internacional Comunista

A questão negra, especialmente nos Estados Unidos e África do Sul, já havia sido objeto de discussão e deliberação no seio da Internacional Comunista (IC). Mas, o problema das "raças" negras e indígenas na América Latina só entrou na pauta quando se consolidou o Secretariado Latino-Americano da IC. Mais precisamente, foi na I Conferência dos Partidos Comunistas da

CONT.



América Latina, realizada na Argentina em 1929, que o assunto foi tratado oficialmente.

Inicialmente esse tema não estava incluído na pauta do conclave. Logo se compreendeu que essa ausência representava uma grave debilidade, tendo em vista o tamanho da população indígena nesta parte do continente americano. Por essa razão, Vitório Codovilla, dirigente do PC argentino e da IC, pediu ao grande intelectual comunista peruano José Carlos Mariátegui que apresentasse um documento inicial para o debate. O resultado desse trabalho seria o texto "O problema das raças na América Latina". A primeira e uma das mais originais tratados marxistas sobre o tema.

Um parêntesis: embora os comunistas ainda utilizem o incorreto conceito de raça, algo que hoje está provado inexistente, eles dão ao termo uma interpretação completamente diferente dos ideólogos burgueses. Desde o início – e de maneira pioneira – defenderam a existência de uma completa igualdade intelectual e física entre os seres humanos das diversas etnias e sexos. Essa foi, sem dúvida, uma das grandes contribuições dessa corrente política para o avanço da civilização.

A primeira tarefa do comunista peruano foi desmascarar as teses racistas, denunciando o seu papel nefasto no processo de reprodução da dominação econômica e política das elites regionais e do imperialismo sobre os povos da região. "O interesse da classe exploradora, afirmou ele, tem tentado invariavelmente, debaixo de vários disfarces, explicar as condições das raças indígenas com o argumento de sua inferioridade ou primitivismo. Com isso, essa classe não tem feito outra coisa que reproduzir, na questão nacional interna, as razões das raças brancas no tratamento e tutela que exercem sobre os povos colonizados (...) Boa parte dos nossos burgueses e 'gamonales' sustentam caluniosamente as teses de uma inferioridade dos índios: o problema dos índios é, ao seu juízo, um problema étnico cuja solução dependeria do cruzamento da raça indígena com as raças superiores estrangeiras". A solução do "problema", para elites proprietárias brancas, seria a dissolução do elemento indígena – sua cultura e etnia – na grande comunidade nacional. Uma fórmula que foi advogada por setores da elite brasileira.

Continuou Mariátegui: "Os elementos feudais e burgueses, em nossos países, sentem pelos índios, como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo que os imperialistas brancos. O sentimento racial atua nesta classe dominante em um sentido absolutamente favorável a penetração imperialista. Entre o senhor ou o burguês 'crioulo' e os peões de cor, não há nada de comum. A solidariedade de classe se soma a solidariedade de raça, para fazer das burguesias nacionais instrumentos dóceis do imperialismo yanque ou britânico. E esse sentimento se estende a uma grande parte das classes médias, que imita a aristocracia e a burguesia no seu desdém pela plebe de cor, ainda que sua própria mestiçagem seja demasiadamente evidente".

Ele também critica aqueles que, numa visão utópica, ainda sonhavam com uma América exclusivamente indígena e a expulsão dos elementos provindos da Europa. Escreveu: "Do preconceito da inferioridade da raça indígena, começa a passar-se a outro extremo: o de que a criação de uma nova cultura americana será essencialmente obra das forças raciais autóctones. Subscrever essa tese é cair no mais ingênuo e absurdo misticismo. Ao racismo dos que

CONT.



depreciam o índio, porque crêem na superioridade absoluta e permanente da raça branca, seria insensato e perigoso opor o racismo dos que superestimam os índios, com fé messiânica na sua missão como raça no renascimento americano”.

No entanto, tinha uma tese bastante particular em relação às comunidades indígenas peruanas que o aproximava dos populistas russos do século XIX. Acreditava que alguns povos de “economia rudimentar” poderiam “iniciar diretamente uma organização econômica coletiva, sem sofrerem a longa evolução pela qual passaram outros povos” e que as populações indígenas incaicas reuniam “condições muito favoráveis para que o seu comunismo agrário primitivo (...) transformasse, sob hegemonia da classe proletária, numa das mais sólidas bases da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista”.

Mariátegui sabia que os índios que habitavam o Brasil eram bastante diferentes daquelas que descendiam dos impérios pré-colombianos. “Sua disseminação por pequenos grupos, nas imensas regiões selvagens, e em seu nomadismo ligado a necessidade da caça e da pesca, quase desconhecendo a agricultura, são características nitidamente opostas aos dos índios incaicos (...). Sua identidade com respeito à população é, em geral, de reduzida importância (...). Onde a colonização ibérica não os há destruído diretamente, a raça em estado puro sofreu reduções decisivas por obra da mestiçagem”.

Por ser um tema novo e sobre o qual existia pouco acúmulo, a Conferência dos Partidos Comunistas não conseguiu chegar a um acordo sobre a política que deveria ser adotada em relação às comunidades indígenas latino-americanas. As duas teses apresentadas acabaram sendo, democraticamente, publicadas em “La Correspondencia Sudamericana”, órgão oficial do secretariado sul-americano da Internacional Comunista.

A primeira delas, defendida pela delegação peruana, afirmava: “Acreditamos que, nesse momento, não podemos nem devemos reivindicar a autodeterminação nacional para as raças índias e negras na parte continental da América Latina, porém podemos defender que seu direito de determinar o próprio destino como nação somente poderá ser adquirido mediante a aliança revolucionária com o proletariado branco e mestiço (...). Em determinadas circunstâncias as reivindicações sociais e políticas das raças indígenas e negras devem ser motivos de campanhas especiais, porém sempre ligando-as ao problema central da luta pela posse da terra e por um governo operário e camponês”.

Mariátegui, no ensaio “O problema das raças na América Latina”, já havia escrito: “a constituição da raça índia em um estado autônomo não conduzirá no momento atual a ditadura do proletariado índia nem muito menos a formação de um estado índio sem classes (...). Só o movimento revolucionário classista das massas indígenas exploradas poderá permitir dar um sentido real a libertação de sua raça da exploração, favorecendo as possibilidades de sua autodeterminação política (...). Unicamente a luta dos índios, proletários e camponeses, em estreita aliança com o proletariado mestiço e branco contra o regime feudal e capitalista, pode permitir o livre desenvolvimento das características raciais indígenas (e especialmente das instituições de tendência coletivista) e poderá criar as ligações entre índios de diferentes países, por cima das fronteiras atuais que dividem antigas entidades raciais, conduzindo-as a uma autonomia política de sua raça”.

CONT.



A segunda tese, defendida pelo dirigente comunista argentino Victório Codovilla, defendia que "o processo de luta contra o imperialismo, contra a burguesia nativa, pelas reivindicações da revolução democrático-burguesa FORMA PARTE A LUTA DOS ÍNDIOS PELA REIVINDICAÇÃO DE SUA NACIONALIDADE OPRIMIDA (as letras maiúsculas estão no próprio projeto da tese). Isso não significa que pretendemos obrigar os índios a buscar sua própria nacionalidade, e sim que por intermédio de nossa palavra de ordem devemos fazê-los chegar à absoluta convicção de seu direito a determinar seu próprio destino como nação e que somente o conquistarão mediante uma aliança revolucionária com o proletariado branco e mestiço latino-americano".

A conclusão desse debate inicial foi feita por Humbert Droz, responsável da Comissão Executiva da Internacional Comunista para América Latina. Escreveu ele: "A questão de raças na América Latina foi abordada pela primeira vez nessa conferência. Quase todos nossos partidos negavam a existência de tal problema, limitando a questão das raças como uma simples questão social e afirmando que nas repúblicas da América Latina não existem preconceitos (...) Os debates da Conferência sobre esse ponto, demonstrou claramente não somente que existe na América Latina o problema das raças como ele é de extrema complexidade".

Segundo Humbert Droz, aos negros não se colocava mais o "problema nacional", pois esses já haviam "perdido seu idioma, costumes, suas nacionalidades primitivas e adquirido uma nova nacionalidade". Haviam se integrado, ainda que forçosamente e por métodos bárbaros, às sociedades nacionais classistas fundadas pelos europeus. Isso não ocorreu no caso dos índios, especialmente brasileiros. Eles "se originam de tribos muito diferentes, cujas línguas, costumes e tradições são diversos, constituem uma raça, mas também muitas nacionalidades (...) O problema racial se compõe de problema nacional e, ao mesmo tempo, de problema social (..) porque (o interesse) pela posse da terra une todos os índios contra os que a ocupam e exploram".

O problema da autodeterminação dos índios tinha um complicador: "As tribos indígenas foram expulsas das melhores terras (...). Dar-lhes agora o direito de dispor deles mesmos depois que foram espoliados e expulsos das terras que trabalhavam seria, de fato, consagrar o direito dos conquistadores. O direito de sua autodeterminação deve ser completado pelo direito de retomar as terras que lhes foram roubadas". Dar a eles apenas as terras onde foram confinados pela "civilização capitalista" seria o mesmo que reconhecer o direito daqueles que os expropriaram.

Compartilhando as preocupações de Mariátegui, alertou Droz: "não se pode mais lançar a consigna de uma América Latina somente para os índios. Há milhões de negros, mestiços e brancos que não podem ser expulsos simplesmente da América com os imperialistas e com os grandes latifundiários, porque constituem uma grande massa explorada de trabalhadores. Somente um governo operário e camponês, aplicando as soluções adotadas pela República Soviética no velho império dos czares, poderá solucionar realmente esse problema". Lembramos que a solução soviética tinha sido a constituição de regiões autônomas e de repúblicas federadas de nações.

O que eram "povos-nações" para os marxista-leninistas de então? Eram comunidades constituídas historicamente - estáveis - que deveriam viver num mesmo território, ter uma

CONT.



língua comum, uma mesma cultura, uma mesma psicologia (caráter nacional) e certa unidade econômica. Para eles os povos indígenas se enquadrariam perfeitamente nesses critérios. O seu nível "civilizacional" não deveria afetar em nada essa avaliação. Afinal, eles não concordavam com a tese dos liberais (e da direita social-democrata) que advogava que os povos menos desenvolvidos (primitivos) deveriam ser tutelados até que se integrassem à civilização ou desaparecessem.

O PC do Brasil e a questão indígena nos anos 1930

A primeira referência que tivemos sobre o tratamento dessa questão pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) foi extraída do próprio ensaio de Mariátegui citado acima. Ele se referiu a uma intervenção feita por um de seus representantes junto aos órgãos da Internacional. "Os chefes das 'bandeiras', disse o brasileiro, começaram a atacar, no século XVII, as reduções dos jesuítas, que se compunham de índios mansos, aclimatados até certo ponto aos trabalhos das minas e agricultura (...). As lutas encarniçadas e a travessia dos sertões com os índios recrutados à força era difícil e penosa, o que acarretava quase sempre o desperdício da maior parte da carga humana arrastada pelos bandeirantes. Os que chegavam ao litoral cálam, em pouco tempo, debaixo do peso dos árduos trabalhos a que eram submetidos (...) Se pode afirmar, sem medo, que pelo menos dois terços da população desapareceu até chegar aos nossos dias".

Alguns meses depois, a direção do PC do Brasil enviou uma contribuição ao debate sobre o problema das raças na América Latina, voltando suas atenções para a questão das populações indígenas. O documento, publicado em La Correspondencia Sudamericana, foi assinado por um tal de Abaeté Silva. Possivelmente esse seja o pseudônimo de algum dirigente nacional do Partido.

"A escravidão do índio em grande escala, escreveu, levada a cabo pelos primeiros colonizadores, não só sacrificou por métodos horrorosos do regime da escravidão a grande parte da população que residia no litoral, como também as desalojou internando-as nas regiões centrais do Continente (...). As tribos que não se deixavam 'civilizar', que não admitiam o contato com o branco invasor, foram assassinadas. Delas não se tem, até então, mais do que as crônicas do tempo da colonização (...). Na história do extermínio dos índios pela caça e escravidão, as chamadas bandeiras paulistas representaram um grande papel".

O artigo criticava também a propalada eficiência e justeza de alguns métodos adotados no processo de "pacificação" das tribos que ainda resistiam ao contacto com a sociedade capitalista. "A civilização do governo, afirmava, é maravilhosa. Se resume a dar uma estrutura mais ou menos militar a tribo 'civilizada' e vestir com traje de gala da guarda nacional ao cacique. (...) Pacificados, o que ganham com o contacto com a civilização é o alcoolismo e a sífilis. Podem habitar a terra onde residem até que apareça o 'grileiro', ou seja, o ladrão de terra amparado pela lei. Aí são desalojados violentamente, exterminados ou escravizados". E concluía: "O Partido Comunista do Brasil deve prestar atenção a esse problema como é sua obrigação. Só a vanguarda revolucionária do proletariado poderá propagar os protestos de nossos infelizes irmãos selvagens que são eliminados lentamente".

CONT.



A primeira Conferência Nacional do PC do Brasil, realizada em 1934, também assumiu um compromisso com os povos indígenas brasileiros: "O proletariado (...) e o Partido Comunista vos ajudarão nas lutas por vossa libertação, desde as lutas pela devolução das terras roubadas e pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, até a luta pelo direito de constituídes vossos próprios governos, separados dos governos federal e estaduais, caminho pelo qual vós podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios". O intelectual comunista Leôncio Basbaum, no seu livro "Caminho da revolução operária e camponesa" (1933), seguindo os passos da Internacional, escreveu: "o seu ideal (dos indígenas) é a autodeterminação, a constituição em Estados independentes, o direito de habitar e cultivar uma terra que lhes seja própria, vivendo e governando-se de acordo com os seus costumes e credos religiosos". Essa posição foi defendida pelos comunistas nas assembleias constituintes de 1934 e 1945.

Entre 1987 e 1988, durante os trabalhos da assembleia constituinte pós-ditadura militar, a bancada do PCdoB sob supervisão direta de João Amazonas, defendeu uma emenda que afirmava: "O Estado tomará medidas para salvaguardar a identidade étnica e cultural e a sobrevivência dos índios. Será feita a demarcação das terras indígenas (...). Os diferentes agrupamentos índios serão tratados como nacionalidades ou etnias autônomas que conviverão com a nação brasileira". Atenção para o termo "conviverão com" e "não farão parte da". Um detalhe que, nesse caso, faz toda diferença.

A tradição marxista-leninista, expressa nos documentos da Internacional Comunista e do PC do Brasil, certa ou errada, defendia a autodeterminação dos povos indígenas que viviam no território brasileiro. Ela tinha por base as teses de Lênin e Stalin sobre o direito das nações à autodeterminação, que, por sua vez, provinha e estava subordinado a um princípio maior: o internacionalismo proletário.

Lênin e Stalin também nos disseram que reconhecer o direito à autodeterminação não significava, necessariamente, defender a separação das nacionalidades numa miríade de pequenos estados. "O povo, afirmou Lênin, tem o direito a separar-se, mas pode, segundo seja a situação, não usar desse direito". Assim, os comunistas brasileiros ao reconhecerem o direito à autodeterminação (ou autonomia) das nações indígenas, defenderam também a necessidade de que elas permanecessem integradas e solidárias à comunidade nacional brasileira. Essa, inclusive, era uma das condições de sua sobrevivência num mundo ainda marcado pela opressão imperialista.

Os índios, decerto, deveriam se fazer brasileiros por opção e não pela coação de um corpo estranho a eles. A contrapartida nesse grande acordo civilizacional deveria ser a garantia de todas as terras e de todas as condições que se fizessem necessárias para a sobrevivência das economias, das línguas, dos costumes e das religiões das diversas nações indígenas que habitavam esse enorme território. Creio que essas continuam sendo boas referências teóricas e políticas para – sem dogmas ou ecletismos – pensarmos a questão indígena nos dias de hoje.

Bibliografia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

Coleção La Correspondencia Sudamericana – Órgão oficial do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista - 1929-1930.

VI Congreso de la Internacional Comunista: tesis, manifiestos y resoluciones (1ª e 2ª partes), Cuadernos de Pasado y Presente, Ed. Siglo XXI, México, 1977

Basbaum, Leôncio (sob o pseudônimo de Augusto Machado) – Caminho da revolução operária e camponesa, Ed. Calvino, 1934.

Carone, Edgard – O PCB – 1922 a 1943, Difel, 1982.

Escorsim, Leila – Mariátegui: vida e obra, Expressão Popular, 2006.

Ferreira, John Kennedy – “A 1ª Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina: a questão indígena formulada por Mariátegui”: in Espaço Acadêmico, nº92, janeiro 2009.

Mariátegui, J. C. – Ideologia y política, Editora Amauta, Lima, 1972.

Mariátegui, J. C. – Por um socialismo indo-americano, Ed. UFRJ, 2005.

Mariátegui, J. C. – Sete ensaios sobre a realidade peruana, Expressão Popular/Clacso, 2008

Criação de universidade indígena começa a ser discutida em março

SÍTIO ÍNDIOS NO NORDESTE, 29.01.2014

Por Ionice Lorenzoni



Foto: www.seduc.ro.gov.br

Indígenas, professores e pesquisadores de universidades e de instituições públicas e o Ministério da Educação começam a discutir, em março, a criação de instituição de educação superior intercultural indígena. Para tratar desse tema, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, constituiu um grupo de trabalho com seis representantes indígenas, seis de instituições e quatro do MEC.

Macaé Evaristo, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que vai coordenar o grupo de trabalho, explica que a tarefa da equipe será

gerar o melhor desenho de como trabalhar os saberes indígenas, e não simplesmente levar o índio para dentro de uma universidade. "O grupo não vai pensar em uma universidade, mas como construir no país, dentro das universidades públicas, uma rede que dê conta de tratar das questões indígenas nas diferentes áreas."

O desenho proposto pela coordenadora do grupo deve levar em conta as diferenças étnicas dos povos, o acúmulo de conhecimentos e as distâncias de um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados. O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, contou 896.917 pessoas que se declararam indígenas, 305 etnias e 274 línguas faladas.

De acordo com Macaé, os povos indígenas do Brasil querem mais que a formação específica de professores, que já é oferecida por 20 universidades públicas; eles querem cursos de saúde, gestão territorial, de direito. A criação de territórios etnoeducacionais, por exemplo, gerou a necessidade de qualificação em gestão, que é reivindicada por diversos povos. "Eles querem se preparar para coordenar a gestão dessas áreas", diz Macaé.

Agenda – A reunião de março vai definir a agenda e um calendário de atividades do grupo de trabalho. A coordenadora vai sugerir encontros com pesquisadores da temática indígena e com lideranças dos povos que compõem o mapa da diversidade brasileira.

A universidade indígena, segundo Macaé Evaristo, é ainda um tema novo no país, mas outras nações do continente americano têm uma longa trajetória de diálogo com os diferentes

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

conhecimentos gerados por esses povos antes e depois da chegada dos europeus. Ela vai sugerir a realização de um seminário internacional para ouvir experiências de países como a Bolívia, que tem cinco universidades de povos indígenas e 22 cursos; a Nicarágua, que tem duas universidades e 10 cursos; o México, que conta com oito universidades e 49 cursos, e os Estados Unidos, onde há duas universidades.

Confira a Portaria nº 52, de 24 de janeiro de 2014, que cria o grupo de trabalho e relaciona os 16 integrantes.

Fonte: Portal do MEC



Famílias obrigadas a deixar terra indígena tentam obter lote no Incra
SÍTIO RURAL CENTRO, 29.01.2014

Ao menos 130 famílias, obrigadas a deixar a Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, conseguiram se cadastrar no programa de reassentamento rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) até essa segunda-feira (27). Elas aguardam uma definição sobre para onde serão transferidas. Até a última sexta-feira (24), 369 famílias de não índios haviam sido notificadas para deixar a área.

O processo de notificação judicial para que não índios deixem a reserva de 116 mil hectares (um hectare corresponde a, aproximadamente, um campo de futebol) começou no último dia 15. A estimativa dos órgãos que participam da chamada operação de desintrusão é que haja entre 300 e 500 ocupações não indígenas na região, que abrange parte dos municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru.

Segundo o superintendente do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues, a notificação das pessoas que devem deixar a reserva indígena será concluída em curto prazo. Após receberem a ordem judicial, os notificados têm 40 dias para deixar a área voluntariamente, levando consigo todos os bens que puderem ser removidos, sem comprometer o uso posterior da terra pelos índios. Ao fim dos 40 dias, a Justiça deverá expedir mandados de remoção de todos os ocupantes que permanecerem no local.

Entidades que representam os trabalhadores rurais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), tentam obter autorização judicial para que, ao menos os moradores selecionados pelo Incra, possam aguardar os lotes para conclusão da transferência.

Além de algumas pessoas comunicadas dos prazos ainda não terem procurado os postos de atendimento do Incra, há quem não tenha conseguido se cadastrar por não ter todos os documentos. Para contornar o problema, uma equipe do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), deve chegar hoje (28) à região para agilizar a entrega de documentos como o RG e CPF.

As famílias cadastradas vão passar por um processo de seleção para que o Incra se certifique se elas se enquadram no perfil de beneficiários do programa de reforma agrária. Só serão reassentados os pequenos produtores que atenderem aos critérios definidos pelo Incra. Não podem ser beneficiários, por exemplo, agricultores e posseiros que têm renda de atividade não agrícola superior a três salários mínimos, além de proprietários de grandes áreas.

Ainda de acordo com o superintendente, os locais para onde os ex-moradores não índios de Awá-Guajá serão levados serão definidos a partir de quatro possibilidades. Uma delas é reassentá-las em terras compradas pelo governo federal. Um edital foi lançado em dezembro

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

de 2013 e pelo menos duas ofertas são analisadas. Outra hipótese é identificar eventuais lotes do Incra existentes na região e que estejam desocupados. "É algo que estamos levantando. Não é raro um beneficiário, por várias razões, abandonar sua terra. Há essa possibilidade, mas é um quantitativo baixo", disse Rodrigues.

Outra alternativa é criar novos assentamentos em áreas públicas federais e estaduais próximas à terra indígena e que estejam ou possam ser incluídas no Programa Terra Legal, do MDA. A quarta possibilidade prevê a criação de assentamentos em propriedades maranhenses desapropriadas para fins de reforma agrária. Uma dessas áreas mede cerca de 2,2 mil hectares e fica em Pedro do Rosário.



Desocupação em reserva indígena será avaliada nesta quarta-feira
SÍTIO G1, 29.01.2014

*reunião vai avaliar a primeira fase de desocupação da reserva Awá-Guajá.
Já foram notificadas 120 famílias, que devem deixar a terra indígena.*

Uma reunião será realizada nesta quarta-feira (239) no gabinete do juiz José Carlos Madeira, da 5ª Vara de Justiça Federal, para avaliar a primeira fase dos trabalhos de desocupação e o que foi feito no sentido de garantir o assentamento das famílias retiradas da reserva indígena Awá-Guajá, no interior do Maranhão.

Até segunda-feira, já foram notificadas 120 famílias, que devem deixar a terra indígena dos Awá-Guajá, no noroeste do Maranhão. O dado foi registrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que deve reassentar as pessoas em locais próximos das antigas propriedades. O processo de desintrusão da área começou no dia 15 deste mês, depois de ordem da Justiça Federal.

O Incra tem utilizado quatro estratégias para reassentar as famílias. São elas: um edital de compra direta de terras; trabalho de revisão ocupacional nos assentamentos próximos da região; levantamento de áreas públicas que estão sob jurisdição do Programa Terra Legal; e áreas que foram recentemente decretadas pela Presidência da República para fins de reforma agrária.

Uma equipe do Incra e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) está levantando as áreas públicas estaduais no município de Zé Doca para o remanejamento. Não há um prazo de conclusão para a identificação das áreas onde as famílias serão reassentadas. A expectativa do Incra é que na reunião de hoje sejam ajustados prazos e definidas metas para o assentamento dos retirados das terras indígenas Awá.

Madeireiros

Os madeireiros que saíram da Terra Indígena Awá Guajá, com o início do processo de retirada dos não índios da área, migraram para a Terra Indígena Alto Turiagu, lotearam entre si áreas de desmatamento e estão ameaçando os índios de morte. A denúncia foi dada pela Associação Indígena Kaaportarupi, que representa os índios ka'apor.

De acordo com a entidade, o acesso dos madeireiros vem sendo feito principalmente pelos municípios de Santa Luzia do Paruá e Maranhãozinho e apenas na manhã de ontem 15 caminhões e tratores adentraram a mata. A TI Alto Turiagu é ligada diretamente à TI Awá Guajá, ao norte.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

A Associação Indígena Kaaportarupi diz que a violência na região se acirrou desde o ano passado, quando as aldeias da terra indígena se uniram para tentar defender suas terras. No ano passado foram feitas operações do Exército, do Ibama e da Funai na região, mas, segundo os indígenas, com a saída das tropas a violência piorou.

Uma das aldeias, a Gurupiúna, chegou a ser invadida por um bando armado, identificado por eles como pessoas ligadas a serrarias nos municípios de Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme e Maranhãozinho. Vários índios teriam sido espancados, e foram roubados documentos e roupas. Em setembro passado, os índios chegaram a impedir a saída de seis invasores durante três dias e a liberação teve de ser negociada.



Conflitos territoriais: Adriana Ramos fala sobre os recentes ataques aos indígenas
SÍTIO CEDEFES, 29.01.2014

Em entrevista à Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Adriana Ramos, do ISA - Instituto Socioambiental, fala sobre o ataque generalizado que sofrem os indígenas, uma questão de longa data e cada vez mais complexa para o país.

Adriana Ramos faz parte da Secretaria executiva adjunta do ISA, coordena o grupo de trabalho de florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) e é membro da diretoria da ABONG.

Então, para iniciarmos, gostaria que apresentasse um breve panorama da situação indígena e os ataques que esses povos vêm sofrendo.

Os povos indígenas estão vivenciando o que eles mesmos chamaram de um "ataque generalizado aos direitos territoriais dessas populações que parte do governo, da bancada ruralista no Congresso e do lobby de grandes empresas de mineração e energia".

Esse ataque se caracteriza por um conjunto de propostas legislativas de alteração do artigo 231 da Constituição Federal; ameaças de alteração nos procedimentos demarcatórios pelo governo federal; paralisação nos processos de reconhecimento territorial; e acirramento de conflitos em diversas regiões do país, incluindo os relativos à implantação de obras de infraestrutura sem os devidos processos de consulta previstos na legislação.

Os conflitos não são recentes, fazem parte de um processo sistemático de ataque aos direitos constitucionais, mas tem se agravado face a estratégia deliberada de alguns setores do agronegócio, notadamente a Confederação Nacional da Agricultura e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, que tem estimulado o acirramento desses conflitos, levando a situações como as recentemente vivenciadas pelos Tenharim no município de Humaitá, no Amazonas, quando a população destruiu escritório, carros e barcos da FUNAI e casas dentro da terra indígena, após acusação de que os indígenas teriam sequestrado moradores da região em represália à morte do cacique Ivan Tenharim.

Outro caso emblemático é o dos Guarani, do Mato Grosso do Sul, onde dezenas de comunidades aguardam por providências de demarcação de seus territórios, e onde os conflitos com fazendeiros já levaram a morte de muitas lideranças.

Em sua opinião, a sociedade civil organizada consegue se firmar no enfrentamento a essa violência? Quais são os avanços em termos de ações políticas concretas conquistadas pelas OSCs, ou seja, qual é o papel dessas organizações nesse enfrentamento?

Os Povos Indígenas estão a frente da defesa de seus direitos, eles tem consciência de que

CONT.



vivem a última batalha pelas terras públicas do país, e estão se mobilizando por meio de suas associações representativas. Cabe às OSCs apoiar essas mobilizações e as demandas legítimas dessas comunidades. Apesar dos avanços que tivemos desde a Constituição Federal, mais recentemente vemos que essa violência também tem sido perpetrada pelos próprios agentes públicos de segurança. No caso dos indígenas, há casos recentes de mortes em conflitos com a polícia federal. Nesse sentido, é fundamental que as OSCs cobrem o cumprimento da Constituição e a não criminalização dessas comunidades, como tem ocorrido em vários casos.

Como você vê o papel do governo federal neste contexto?

O governo federal tem um papel fundamental de garantir o cumprimento da Constituição e ser o tutor dos direitos dessas comunidades. A posição dúbia do governo acirra os conflitos e dá espaço para o desrespeito. É preciso que o governo seja claro no apoio à diversidade étnica do país, que contribua para maior conhecimento da população sobre a realidade indígena, para não dar espaço à intolerância e ao preconceito que são combustíveis da violência.

Qual a perspectivas para as próximas eleições em relação à continuidade deste modelo agro-extrativo e exportador apresentado pelo último governo?

O atual modelo econômico brasileiro privilegia a economia de base primária, colocando as atividades agro-extrativas em destaque e não há perspectiva de mudanças nesse modelo com as próximas eleições.

A reabertura e revisão do processo de demarcação das terras indígenas e invasão desses territórios indubitavelmente configuram-se como crimes aos direitos humanos. Gostaria de saber qual é o papel da mídia – tanto a “grande mídia” como a alternativa – no sentido de viabilizar, ocultar ou impedir essas ações e se atingem seu objetivo.

A grande mídia tem servido de apoio à estratégia do agronegócio de desconstituir os direitos territoriais de indígenas, quilombolas e extrativistas. Com raras e honrosas exceções, os grandes jornais e canais de televisão contribuem para ampliar a desinformação e o preconceito contra essas comunidades. A mídia alternativa tem dado uma boa contribuição no sentido de dar voz às lideranças desses movimentos, trazendo outras informações e abordagens, o que tem contribuído com a circulação da versão dos fatos pelas próprias comunidades.

Visto que os setores agro-extrativos parecem bem representados politicamente e judicialmente, como a sociedade civil pode melhorar a representatividade dos indígenas e ambientalistas no Congresso Nacional e no Judiciário e com quais instrumentos a população pode juntar-se à causa?

O atual sistema eleitoral torna muito difícil a eleição de representantes de minorias como os indígenas. Por isso a pauta da reforma política é tão importante para a sociedade civil. Apesar disso, há muitos vereadores e até prefeitos indígenas pelo Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 17./ 2014

Brasília, 29 de janeiro de 2014.

A melhor forma da população apoiar a causa é se manifestando por meio das petições e mobilizações de rua que já ocorreram em 2013 e voltarão a acontecer em 2014, e conversando com seus deputados e senadores para que não permitam retrocessos nos direitos territoriais.